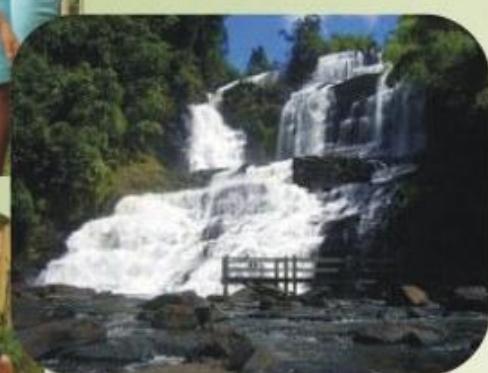


PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO

BAIXO SUL DA BAHIA



Plano Desenvolvimento Territorial Sustentável

BAIXO SUL
BAHIA - 2010



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - SDT

PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS
RURAIS – PRONAT



PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

MINISTÉRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

GUILHERME CASSEL

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

HUMBERTO OLIVEIRA



GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA

JAQUES WAGNER

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO ESTADUAL

ANTONIO ALBERTO VALENÇA





CONSELHO GESTOR TERRITORIAL - CGT

**COLEGIADO TERRITÓRIO BAIXO SUL DA BAHIA
NÚCLEO EXECUTIVO TERRITÓRIO - NE**

**CONSULTOR TERRITORIAL
SÉRGIO COSTA (MDA/SDT)**

ARTICULADOR/A TERRITORIAL
ANTONIA GERMANA DE JESUS SANTOS (CONVÊNIO INGÁ)
DOMINGOS BORGES (CONVÊNIO AACAF/MDA)

SISTEMATIZAÇÃO
ANDREZITO SOUZA - AACAF
ANTONIA GERMANA SANTOS- ARTICULADORA
ELIANE OLIVEIRA - STR DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES/FETRAF
GIVALDO PALMA- COOPGEAF
LUANA CARVALHO- SASOP

COLABORADORES
CLÁUDIO LASA
SERGIO COSTA (MDA)

FORMATAÇÃO
LUCIANA RIOS (SASOP)
FOTOS
ARQUIVO TERRITÓRIO
ARQUIVO SASOP
ARQUIVO LUCIANA RIOS



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	8
2. O TERRITÓRIO BAIXO SUL	10
3. DIAGNÓSTICO	16
Aspectos Históricos	
Aspectos Geoambientais	
Passivo Ambiental	
Gestão Ambiental Local	
População	
Organização Social	
Reestruturação Agrária	
Aspectos Econômicos	
Serviço Social e de Apoio à Produção	
Infraestrutura Social e produtiva	
Cultura e Lazer	
Envolvimento institucional	
4. VISÃO DE FUTURO	84
5. VALORES E PRINCÍPIOS	84
6. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	85
7. EIXOS	87
Organização Sustentável da Produção	
Eixo Mulher	
Eixo Juventude	
Pesca e aquicultura	
Eixo Quilombola	
Eixo Cultura, Esporte e Lazer	
Eixo Turismo	
Eixo Educação	
Eixo Infraestrutura	
Eixo Saúde	
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	129
ANEXOS	135



1. APRESENTAÇÃO

O documento que se apresenta é a sistematização o trabalho de construção do desenvolvimento sustentável do Território do Baixo Sul da Bahia, a partir da necessidade permanente de revisitar e manter em constante construção o Plano de Desenvolvimento do Território Baixo Sul da Bahia, reenvendo suas estratégias, diretrizes e reafirmando os compromissos com o desenvolvimento sustentável da região.

Visa também responder a demanda pautada pelo governo Lula a partir do Ministério do Desenvolvimento Agrário através da Secretaria do Desenvolvimento Territorial, em fomentar um balanço da trajetória de Territorialização dos estados brasileiros a partir de cada um dos territórios e de seus agentes sociais. Possibilitando e afirmando no momento atual de transição a importância da política territorial para o planejamento de cada região, já construindo diretrizes e perspectivas para os próximos anos.

A requalificação do Plano partiu da organização das discussões realizadas nos eixos aglutinadores definidos pelo colegiado acúmulos da caminhada dos agentes sociais que compõem o colegiado e suas organizações e do diálogo com as propostas formuladas para cada município que compõe o território e pelos governos municipais, estadual e federal. Para tanto, além do trabalho acumulado nos eixos e diferentes atividades do território ao longo de sua constituição foram consultados Planos Diretores Municipais disponibilizados, Plano Plurianual do Estado da Bahia, Programa Territórios da Cidadania e realizados diferentes encontros com a finalidade de requalificar o Plano com a participação de diferentes setores da sociedade civil e poder público.

Desta forma a ampliação e requalificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável - PTDS que se apresenta, pretende rever o que ficou estabelecido pelo Colegiado do Território Baixo Sul na primeira versão do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) em 2007. Reafirmando a importância desta ferramenta para construção coletiva do Desenvolvimento Sustentável da região, devendo ser entendido como

referência, para o planejamento de ações e investimentos que busquem o desenvolvimento sustentável na região, tanto pelo poder público nos diferentes níveis, como para as diversas organizações e entidades que tenham ou venham a ter ações no Território Baixo Sul da Bahia.

Esse plano é, pois, processo e produto, deve refletir as vontades e anseios do territórios e de seus segmentos. É a carta de intenções territorial, onde devem caber seus desejos e visão de futuro. Sistematizar programas e projetos e ordená-los de forma que possam ser negociados nas diversas instâncias pelo colegiado, suas representações sociais e públicas e de parceiros.

Por fim, deve ser um instrumento sistematizado e organizado, colocado no papel de forma coletiva, aonde caberá a capacidade e esforço coletivo de tirá-lo do papel e concretizar suas propostas, programas e projetos.



2. O TERRITÓRIO BAIXO SUL

A proposta do MDA em planejar o desenvolvimento rural dos estados brasileiros a partir da territorialização das regiões com características culturais, sociais, econômicas, agrícolas entre outras, mas principalmente, levando em consideração o sentimento de pertença ao local, a identidade territorial. Fomentou na região do Baixo Sul a criação do Colegiado do Território Baixo Sul no ano de 2003 com a participação de 50 atores sociais de diferentes setores ligados a agricultura familiar do território.

Inicialmente a SDT/MDA apresentou na sua proposta um mapa onde constava a divisão dos Territórios incluindo o Baixo Sul no Território Litoral Sul. Sendo questionado pelos representantes do Baixo Sul, fundamentando-se nas significativas diferenças históricas, culturais, sociais, econômicas, geoambientais e do modelo agrícola com a região Sul.

Diante desse contexto após a realização da I oficina no município de Itabuna, em setembro de 2003, ficou decidido que o território Baixo Sul se desvincularia do Sul reordenando-se à proposta da SDT. Contudo os recursos seriam distribuídos entre os dois territórios, ficando o Baixo Sul classificado ainda como sub-território para aquele ano.

No ano de 2004, ocorreu a primeira oficina do Território Baixo Sul no município de Valença, já como território homologado, com a seguinte composição de municípios: Tancredo Neves, Teolândia, Taperoá, Nilo Peçanha, Cairu, Camamu, Valença, Ituberá, Igrapiúna, Wenceslau Guimarães, Gandu, Piraí do Norte, Jaguaripe, Aratuípe e Maraú, totalizando quinze municípios.

Nessa oficina foi então criado o Grupo Gestor Territorial - GGT para coordenar e decidir sobre as questões territoriais e o Núcleo Executivo - NE com o papel de executar e encaminhar as discussões e propostas elaboradas pelo Grupo Gestor do território e uma entidade referência sendo eleita na época a AACAF.

Para a formação do Grupo Gestor, foram indicados, a princípio, cerca de 40 entidades e para o Núcleo Executivo 13 entidades sendo estas: *COOAIBASUL*, 1

representante das associações, 1 representante das colônias de pescadores, AACAF, 1 representante do CMDRS, SASOP, IJ, CEPLAC, EBDA, CEFET, PUC, MST e a AMUBS. Sendo nos dois espaços garantida presença da Sociedade Civil e do Poder Público.

Desta forma o Território do Baixo Sul ficou entre os seis primeiros territórios homologados no Estado da Bahia, com o encaminhamento de projetos específicos.

Como prioridade de projetos para investimento em infraestrutura PROINF, encaminhados via MDA, o colegiado definiu como demanda a verticalização da produção, especificamente na cadeia produtiva do guaraná. Desta forma foi encaminhado um projeto de construção de uma fábrica para beneficiamento do guaraná, sediada no município de Nilo Peçanha, com o objetivo de atender a todos os agricultores com produção de guaraná do território, devendo ser gerida também pelos próprios agricultores familiares e suas organizações.

Encontrando-se a mesma com dificuldades para funcionamento tanto pela dificuldade em garantir mecanismos de organização nas diferentes etapas e gestão pelos agricultores familiares e suas organizações, inexperiência no setor e principalmente não ter sido planejada tecnicamente com projeto inadequado para o que estava proposto. Sendo desta forma inaugurada e até hoje ainda sem funcionamento, sendo necessário projeto de readequação das instalações e equipamentos.

Posteriormente ainda com foco na estratégia de verticalização da produção foi priorizado pelo colegiado a criação de um sistema de aproveitamento de Frutas. Sendo proposto para no PROINF uma central de Beneficiamento e Padronização de Frutas a ser instalada em Ituberá e quatro unidades de beneficiamento de frutas a serem instaladas nos municípios de Camamu, Valença, Presidente Tancredo Neves e Wenceslau Guimarães.

Ainda nesta lógica foram articulados projetos via emendas parlamentares, como; uma estrutura de apoio a comercialização, contendo uma câmara fria; uma loja de exposição dos produtos do Território; um restaurante para servir as culinárias da região e um escritório de negócio, a ser construído em Ituberá

e a construção de matadouro regional com o objetivo de abastecer açouguês do Território a ser construído em Valença.

Voltadas para aquisição de equipamentos e maquinários o Colegiado aprovou projeto para aquisição de caminhão, veículo e motos para apoio a gestão territorial e assistência técnica.

Mais recentemente na perspectiva da formação da juventude, prioridade estratégica do colegiado, foi aprovado um projeto para construção de centro de capacitação, em Ituberá; e um projeto de construção de uma Escola Família Agrícola Agroecológica, em Camamu, fomentada pela organização de diferentes comunidades e associações de agricultores e agricultoras familiares e parceiros, determinados a contribuir com uma educação do e para o campo no Baixo Sul.

No campo da gestão dos empreendimentos foi criada a Cooperativa Gestora dos Empreendimentos da Agricultura Familiar do Território Baixo Sul (COOPGEAF), com os objetivos de: gerir e administrar os empreendimentos coletivos da Agricultura Familiar fomentados pelo Território, garantindo a plena representação dos seus cooperados.

Com a incorporação do Território Baixo Sul em 2009 ao programa Territórios de Cidadania, surgiu a necessidade de reestruturação do colegiado territorial, a partir da perspectiva de pensar o desenvolvimento de forma integral ampliando sua abrangência e incorporando novos setores e agentes sociais, envolvendo e discutindo o rural e o urbano. Sem perder de vista a identidade eminentemente rural do Território.

Sendo reformulado de forma paritária pela sociedade civil e poder público, o Colegiado foi composto por 116 entidades, e o núcleo executivo também de forma paritária por 18 entidades, e criada mesa diretora formada por quatro entidades do NE, substituindo o papel da entidade referência.

Bem como a organização de onze eixos de trabalho formados de acordo com o interesse na participação de cada entidade do colegiado e parceiros.

Entendendo-se que através do NE e dos eixos de trabalho pode-se melhor potencializar e dinamizar o andamento da articulação territorial, sendo que O NE organiza-se a partir de reuniões mensais e os eixos de acordo com a dinâmica específica determinada pelos agentes sociais que os compõe, com acompanhamento do NE. Além da assessoria de consultor da SDT, diálogos constantes com a Coordenação Estadual dos Territórios da Bahia (CET) e articuladores territoriais.

Desde a sua criação o colegiado vem se demonstrando como um importante espaço de diálogo, possibilitando o planejamento participativo do desenvolvimento sustentável da região. Buscando levar em conta os diferentes olhares, se constituindo como espaço legítimo de planejamento, encaminhamentos e investimentos a partir do diálogo e concertação entre o poder público e sociedade civil. Possibilitando a construção do desenvolvimento sob o olhar e protagonismo dos agricultores familiares, suas organizações e parceiros que vem sendo a “mola” principal do Território Baixo Sul. Fomentando e discutindo no território alternativas de desenvolvimento, baseados nos princípios da inclusão, respeito e convivência ambiental e participação popular.

■ COMPOSIÇÃO ATUAL DO COLEGIADO TERRITÓRIO BAIXO SUL ■

PODER PÚBLICO	SOCIEDADE CIVIL
Câmara Municipal de Vereadores de Aratuípe	ASDECE
Câmara Municipal de Vereadores de Ibirapitanga	Projeto Onça
Câmara Municipal de Vereadores de P.T Neves	Associação Quilombola Boitaraca
Câmara Municipal de Vereadores de W. Guimarães	AGROVIDA
Câmara Municipal de Vereadores de Cairu	Colônia de Pescadores de Cairu
Câmara Municipal de Vereadores de Camamu	COOAIBASUL
Câmara Municipal de Vereadores de Gandu	AACAF
Câmara Municipal de Vereadores de Igrapiuna	COOPATAN
Câmara Municipal de Vereadores de Ituberá	Federação das Associações Trabalhadores Rurais
Câmara Municipal de Vereadores de Jaguaripe	APLB
Câmara Municipal de Vereadores de Maraú	Colônia de Pescadores de Taperoá
Câmara Municipal de Vereadores de Nilo Peçanha	Comunidade Quilombola de Boitaraca, Lamego, Ingazeira.
Câmara Municipal de Vereadores de Pirai do Norte	CCES
Câmara Municipal de Vereadores de Taperoá	Instituto Jovem de Valença
Câmara Municipal de Vereadores de Teolândia	Instituto Mutá
Câmara Municipal de Vereadores de Valença	AAFEBS
Prefeitura de Aratuípe	IDES
Prefeitura de Cairu	Instituto Terraguá
Prefeitura de Camamu	FAZAG
Prefeitura de Gandu	COOPROCAM
Prefeitura de Ibirapitanga	FACE Ativa
Prefeitura de Igrapiuna	ÁguaBoa
Prefeitura de Ituberá	CDL Valença
Prefeitura de Jaguaripe	COOPGEAF
Prefeitura de Maraú	IDESV
Prefeitura de Nilo Peçanha	IES
Prefeitura de P. T Neves	Fundação Ondazul

Prefeitura de Pirai do Norte	SINDPESCA
Prefeitura de Taperoá	Sindicato Rural de Cairu
Prefeitura de Teolândia	COOFAVA
Prefeitura de Valença	Colônia de Pescadores de Camamu
Prefeitura de W. Guimarães	MST
SEBRAE	Central das Associações de Agricultura Familiar de Valença
Secretaria Estadual do Meio Ambiente	Associação Quilombola do Camamu
SECULT	SASOP
SUAF	Sindicato de T. Rurais Camamu
UFRB	Sindicato de T. Rurais Ituberá
UNEB	Sindicato de T. Rurais Nilo Peçanha
ADAB	Sindicato de T. Rurais Taperoá
AMUBS	Sindicato de T. Rurais Valença
BAHIA PESCA	Sindicato de T. Rurais Tancredo Neves
Base Ambiental de Valença	Sindicato de T. Rurais Valença
BB	Sindicato de T. Rurais W. Guimaraes
BNB	Sindicato de T. Rurais Gandu
CAIXA	Sindicato de T. Rurais Teolândia
CAR	Sindicato de T. Rurais Jaguaripe
CEPLAC	Sindicato de T. Rurais Aratuípe
CIPAR	Sindicato de T. Rurais Igrapiúna
DIREC	Sindicato de T. Rurais Cairu
DIRES	ASCOOB Valença
EBDA	Conselho da APA Caminho da Boa Esperança
EMARC	FEAMTA
EMBRAPA	Central das Associações de Tancredo Neves
IBAMA	Associação Quilombola do Lamego
IBGE	Colônia de Pescadores de Nilo Peçanha
IFBA	CDL Gandu
INCRA	Associação da Boa Esperança
INSTITUTO BIOFABRICA	ABPESCA

■ **COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO EXECUTIVO DO TERRITÓRIO BAIXO SUL ■**

PODER PÚBLICO	SOCIEDADE CIVIL
CEPLAC	AACAF
EBDA	SASOP
AMUBS	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Valença
Prefeitura Wenceslau Guimarães	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Tancredo Neves
Prefeitura de Taperoá	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Camamu
Prefeitura de Camamu	COOAIBASUL
UNEB	Instituto Jovem de Valença
IFBaiano	COOPGEAF
BNB	Colônia Z-53 de Taperoá

3. DIAGNÓSTICO

TERRITÓRIO BAIXO SUL DA BAHIA



ASPECTOS HISTÓRICOS

Historicamente, a região do Baixo Sul caracterizou-se como uma área pioneira no processo de ocupação do Brasil, iniciado no século XVI. Através desses cinco séculos, a região passou por mudanças nas suas dimensões econômica, social, cultural e ambiental, exemplo da dinâmica e vitalidade extraordinária dos trópicos – das permanentes formações e transformações no tempo.

Os primeiros 50 anos de colonização correspondem ao início da transformação da mata em áreas agriculturáveis nas ilhas de Cairu, e nos principais pontos de penetração continental, ciclo que foi interrompido na parte continental pela hostilidade dos índios Aimorés.

Neste momento aumentaram as pressões sobre as áreas naturais das próprias ilhas, visto que a região já na época foi considerada como estratégica para o fornecimento de farinha de mandioca para Salvador e Recôncavo.

Após a considerada “pacificação” dos índios, a frente agrícola voltou com toda a força para as áreas continentais e suas terras mais férteis. Nessa época Camamu foi considerado como maior porto de farinha da Colônia. Este ciclo só se interrompeu nos meados do século passado a partir da decadência do sistema de transporte hidroviário e a ascensão do transporte por rodovias que abriu novas frentes de abastecimento, para então a Região Metropolitana de Salvador em formação.

Descrever a história do Baixo Sul da Bahia implica em relatar parte da história da Região Sul do Estado da Bahia, abordar a estória da Sub-região dos Tabuleiros Costeiros de Valença e um breve relato de cada um dos seus seis municípios, considerados atualmente como sendo parte do Baixo Sul – Camamu, Ituberá, Valença, Igrapiúna, Nilo Peçanha e Taperoá.

As mudanças na estrutura econômica e social da Região Sul da Bahia e, portanto, do Baixo Sul, observadas a partir de sua ocupação no Século XVI, basearam-se principalmente na exploração de suas potencialidades naturais.

Nesse processo, grandes extensões de terra foram desmatadas e, posteriormente, ocupadas pela agricultura e pecuária.

O extrativismo de madeiras nobres, a exemplo do pau-brasil, marcou o início da colonização da Região Sul, promovendo, na primeira metade do Século XVI, o surgimento de entrepostos comerciais ao longo da costa. A cana-de-açúcar passou a ocupar lugar privilegiado na economia local, prevalecendo até o final do Século XVII, quando surgiram as primeiras povoações em decorrência da expansão dessa cultura. A partir desse momento, a Região Sul tornou-se grande produtora de alimentos, como farinha de mandioca, milho, arroz e feijão, além de derivados da atividade pesqueira.

O Baixo Sul, contudo, caracterizou-se como uma área pioneira no processo de ocupação da região, pois as principais vias de penetração para o interior tiveram como ponto de origem os municípios de Cairu e Valença. Após as atividades de extrativismo do pau-brasil e exploração da cana-de-açúcar, Valença se constituiu em um núcleo de desenvolvimento regional que viria a se fortalecer a partir da segunda metade do Século XIX.



Alto do Amparo- Valença, Vista para as ilhas de Cairu

No Século XVI, mais precisamente em 1534, os Tabuleiros Costeiros de Valença – compreendendo a Sub-região de Jaguaripe até Ilhéus, da qual faz parte o Baixo Sul, habitados então pelos índios tupiniquins – passam a pertencer à Capitania de São Jorge dos Ilhéus, em conjunto com o Vale do

Jiquiriça. Expulsos pelos índios aimorés de área próxima a Ilhéus, os donatários da Capitania estabeleceram-se no ano de 1533 no arquipélago da atual Cairu, mas somente três décadas depois a paz com os índios permitiu a colonização do litoral entre Guaibim e a primeira cachoeira do Rio Una, articulando-se a região, pela primeira vez, com o Recôncavo e Salvador.

A incorporação da variável ambiental como uma nova referência para o desenvolvimento regional modifica as bases de articulação da economia com o meio ambiente, as quais passam a se referenciar na conservação e no uso racional dos recursos naturais e dos ecossistemas, relevantes pela sua biodiversidade em termos de flora e fauna. Essa preocupação materializa-se nas Áreas de Proteção Ambiental (APA's) e Reservas existentes na região.

ASPECTOS GEOAMBIENTAIS

CLIMA

O Baixo Sul caracteriza-se por apresentar clima tropical com elevadas temperaturas e precipitações, influenciadas pela proximidade do mar. As temperaturas médias anuais variam entre 21° e 25°C, sendo maiores e com menor amplitude térmica na faixa costeira. Os meses mais quentes estão entre janeiro a março e os mais frios são julho e agosto. Os maiores índices pluviométricos verificam-se ao longo do litoral, com faixa de umidade que decresce no sentido leste oeste, caracterizando tipos climáticos distintos como: úmido, úmido a subúmido e seco a subúmido.

O regime pluviométrico é regular com chuvas abundantes distribuídas durante o ano, com médias anuais superiores a 1.750 mm. Os meses de maior pluviosidade estão entre março a junho e os de menor pluviosidade entre agosto e outubro; não ocorrem meses propriamente secos no Baixo Sul.

Por se tratar de uma área com grande influência da zona litorânea, a umidade relativa média gira em torno de 80% a 90%, e a velocidade média dos ventos varia entre 1,29 m/s a 2,9 m/s dependendo dos meses do ano.

Tabela 1 - Clima SEI 1998.

Municípios	Tipos Climáticos
Ibirapitanga	Quente e Úmido
Cairu,	Úmido
Camamu,	Úmido
Igrapiúna ,	Úmido
Ituberá ,	Úmido
Nilo Peçanha,	Úmido
Presidente Tancredo Neves	Úmido
Taperoá,	Úmido
Teolândia,	Úmido e úmido a subúmido
Valença,	Úmido
Gandu	Úmido
Wenceslau Guimarães	Úmido e úmido a subúmido
Aratuípe	Úmido
Piraí do Norte	Úmido
Jaguaripe	Úmido

SOLOS

Do ponto de vista pedológico, também é grande a variação de solos. Os tipos predominantes correspondem aos Latossolos Podzólicos, os quais, embora sejam profundos e típicos de clima úmido, são, na sua maioria, de baixa fertilidade natural, necessitando de correção. Observam-se Latossolo Variação Una álico, Podzólico Vermelho-Amarelo álico, Latossolo Vermelho-Amarelo álico, Solos Indiscriminado de Mangue (manguezal), Podzólico Vermelho-Amarelo distrófico, Podzol Hidromórfico e Areias Quartzosas marinhas.

VEGETAÇÃO



A Região do Baixo Sul pertence ao domínio da Mata Atlântica, denominação genérica que se aplica a diversas formações florestais fisionômica e floristicamente distintas. Considera-se que a Mata Atlântica originariamente se estendia na costa do litoral brasileiro desde o Rio Grande

do Sul até o Rio Grande do Norte, ocupando 15% do território brasileiro. De acordo com o Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA (1992), cerca de 30% do Estado da Bahia era originariamente coberto por Mata Atlântica (Rede Mata Atlântica, <http://www.rma.org.br/mataatlantica/index.html>).

Distribuído ao longo de mais de 23° de Latitude Sul, o bioma "Mata Atlântica" é composto por uma série de fitofisionomias diversificadas. De acordo com o artigo 3º do Decreto Federal 750/93, definem-se como Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Mista, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Estacional Decidual, Manguezais, Restingas, Campos de Altitude, Brejos Interioranos e Encraves Florestais do Nordeste. Tal diversificação ambiental possibilitou um complexo biótico altamente rico para o Baixo Sul.

Atualmente, a Mata Atlântica é reconhecida internacionalmente como um dos conjuntos de ecossistemas de maior biodiversidade do mundo. Por exemplo, um levantamento florístico realizado no Parque Estadual da Serra do Conduru no Litoral Sul do Estado demonstrou existirem 454 espécies de árvores em apenas uma hectare.

Apesar da grande importância biológica, o bioma Mata Atlântica está entre os mais ameaçados do mundo. Considerando-se a destruição ocorrida nos últimos dez anos, estima-se que existam apenas cerca de 7% dos remanescentes de Mata Atlântica em todo o país, que ficarão ainda completamente reduzidos e restritos às unidades de conservação, caso as taxas de desmatamento não sejam revertidas. Todo o processo de destruição desse bioma está diretamente relacionado à colonização européia do território brasileiro e aos cinco séculos de ocupação humana baseada no extrativismo e uso predatório dos recursos.

No caso do Baixo Sul, o padrão de ocupação e uso dos recursos naturais não foi diferente do verificado no resto da Mata Atlântica. Sendo uma das regiões mais antigas de colonização no Brasil, iniciada ainda no século XVI, é historicamente relacionada ao abastecimento de alimentos para a cidade de Salvador.

O desmatamento ocorrido no território está relacionado a uma forte pressão pelo uso da terra e pode ser explicado por vários fatores: exploração madeireira, extrativismo, ampliação da área cultivada, crise da cacauicultura e incorporação de novas culturas agrícolas. A exploração madeireira, além do tradicional uso do pau-brasil, esteve historicamente relacionada à construção naval e civil na Microrregião. Com o agravamento da crise do cacau, os cultivos são substituídos e as terras vendidas, o que estimula a retirada da vegetação e a proliferação de serrarias, intensificando o desmatamento. A expansão da fronteira agrícola e a incorporação de novos cultivos como seringueira, cravo da Índia, pimenta-do-reino, guaraná e dendê, desde a década de 70 do século XX, com o programa de diversificação dos cultivos permanentes desenvolvido

pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), também contribuíram para acelerar o desmatamento.



Mesmo com elevado nível de desmatamento, a Mata Atlântica no Baixo Sul ainda apresenta importantes remanescentes florestais em diferentes estágios de regeneração. As áreas de restinga, manguezais e cabruca (plantio de cacau em áreas de sub-bosque, sombreado com espécies arbóreas da Mata

Atlântica) podem ser considerados de fundamental importância para a fauna da Microrregião.

Apesar da importância econômica e ambiental do Baixo Sul, estudos para caracterização da Microrregião tornaram-se mais sistematizados somente a partir do final da década de 90, com publicações da SEI (1997, 1998 e 1999), do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável/PDRS para a Região Sul (CAR, 1997), o Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável/PDTS para a Baía de Camamu (EMBRATUR, 2001) e dos diagnósticos ambientais das Áreas de Proteção Ambiental – APA do Pratigi (SUDETUR, CRA e IDES, s/data), APA das Ilhas de Tinharé e Boipeba (SEPLANTEC, CONDER, CRA, 1998) e da APA da Península de Maraú (Bahiatura e Instituto Ecotema, 2002), o PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Baixo sul 2007 – existentes na Microrregião. As informações apresentadas têm como principal fonte estes estudos citados.

Como o Baixo Sul está no Domínio da Mata Atlântica, dentre as grandes formações de cobertura vegetal podem ser citadas as Florestas Ombrófilas, restingas e mangues. A seguir, será apresentada uma breve caracterização das mesmas:

Florestas Ombrófilas

As Florestas Ombrófilas apresentam cobertura vegetal densa, sempre verde, com árvores frondosas e estrutura pluriestratificada. O sub-bosque é rico em trepadeiras, arbustos e ervas, enquanto o dossel superior alcança, em média, entre 20 e 30 metros 96 de altura. Nas áreas do Baixo Sul, ha uma grande variedade de estágios de sucessão e de regeneração, além de áreas de transição entre a Floresta Ombrófila e a restinga, a Floresta Ombrófila e as áreas cultivadas. Dentre os remanescentes florestais encontramse espécies lenhosas das famílias Myrtaceae, Sapotaceae, Euphorbiaceae, Bombacaceae, Leguminosae, Annonaceae, Apocynaceae, Bignoniaceae. O sub-bosque é rico em Heliconiaceae, Piperaceae, Poaceae, Marantaceae, Rubiaceae e Acanthaceae. Ha ainda a presença de epífitas como Bromeliaceae e Orchidaceae.

Restingas

A restinga ocorre sobre formações arenosas instáveis, próximas às praias onde o solo não consegue reter muita umidade, nem nutrientes. Com uma grande riqueza, as restingas do Baixo Sul apresentam diversas fisionomias (herbácea, arbustiva e arbórea) e graus variados de regeneração. De uma maneira geral, as famílias representadas na Microrregião são: Poaceae, Cyperaceae, Convolvulaceae, Arecaceae, Eriocaulaceae, Orchidaceae, Bromeliaceae, Polygonaceae, Melastomataceae, Xyridaceae, Nyctaginaceae, Portulacaceae, Fabaceae, Caesalpinaeae, Mimosaceae, Erythroxylacaceae, Malpighiaceae, Sapindaceae, Polygalaceae, Sterculiaceae, Cactaceae, Apocynaceae, Myrtaceae, Asclepiadaceae, Verbenaceae, Rubiaceae, Solanaceae, Labiate, Asteraceae, Scrophulariaceae, entre outras.

Manguezais

A presença de estuários e manguezais caracteriza o Baixo Sul como uma microrregião extremamente fértil e fundamental na produção das cadeias tróficas da fauna marinha associada, por



oferecer abrigo para reprodução, criação e alimentação de espécies. Os mangues apresentam ainda grande importância econômica para a manutenção das comunidades pesqueiras do seu entorno. As espécies vegetais mais freqüentes são o mangue vermelho (*Rhizophora mangle*), mangue siriúba (*Avicennia schaueriana*) e mangue branco (*Laguncularia racemosa*), apresentando altura de até 15 metros e composição variada.

RELEVO

Baixada Litorânea

As planícies marinhas, os complexos sistema flúvio-lagunares e flúviomarinhos e as colinas permitem um conjunto de paisagens de extraordinária beleza, incluindo remanescentes de Floresta Ombrófila, restingas, mangues e vegetação herbácea. A cobertura vegetal na baixada sofre influência da ocupação humana desordenada, da policultura comercial, do cultivo de subsistência e da utilização das áreas para desenvolvimento de atividade turística. Nessa região encontram-se a APA de Pratigi, parte da APA da Península de Maraú, a APA das Ilhas de Tinharé e Boipeba, a APA da Baía de Camamu e a Reserva Ecológica do Juliana.

Mares de Morros e Tabuleiros

Estendem-se desde Valença até Camamu. Nos municípios de Valença, Taperoá, Nilo Peçanha e Ituberá, a forte presença da policultura comercial e do cultivo de subsistência teve impacto direto na Floresta Ombrófila Densa, restringindo os remanescentes florestais ao longo de alguns trechos de rios e ao topo dos morros. Já no município de Camamu, o desmatamento da Floresta Ombrófila Densa originária se deu principalmente devido ao uso múltiplo da terra, com o extrativismo florestal e a policultura de cacau, mandioca, dendê, seringueira, cravo da índia, guaraná e frutícolas.

Morrarias Interioranas

Encontram-se principalmente nos Municípios de Teolândia e Presidente Tancredo Neves. A cobertura florestal original está restrita aos raros remanescentes de Floresta Estacional Semidecidual encontrados em alguns

topos de morros, substituída em grande parte pela policultura comercial, de subsistência e pecuária.

Serras e Planaltos Interiores

Associados principalmente aos municípios de Ibirapitanga e Piraí do Norte. A Floresta Ombrófila Densa Original encontra-se bastante alterada devido ao extrativismo e à cacaueiroicultura associados à policultura comercial. Nas áreas de desenvolvimento da cacaueiroicultura, os remanescentes florestais apresentam-se em parte conservados devido à necessidade de sombreamento do cacaueiro. Nas áreas de cabruca, as espécies do dossel são mantidas parcialmente e a vegetação de sub-bosque é retirada para o plantio.

FAUNA NO BAIXO SUL

Com relação à fauna, a Mata Atlântica apresenta alta porcentagem de espécies na biodiversidade mundial e altas taxas de endemismos, abrigando 261 espécies de mamíferos, sendo 73 endêmicas; 620 espécies de aves, sendo 160 endêmicas; e 260 espécies de anfíbios, sendo 120 restritos a esse bioma.

No Baixo Sul, o conjunto formado pelos remanescentes florestais, áreas de cabruca, mangues e restingas cria um mosaico de possibilidades para a fauna. Com relação aos mamíferos, podem ser citados: tatus, raposas, lontras, iraras, sussuarana, gato maracajá, ouriço preto, paca, cutia, cateto, macaco prego de peito amarelo, guigó e micos. Entre os répteis mais comuns estão os Colubridae, Viperidae, Teidae e Tropiduridae. Já na avifauna encontramos várias espécies das famílias Cathartidae, Coerebidae, Columbidae, Cuculidae, Emberizidae, Falconidae, Formicariidae, Fringillidae, Furnariidae, Picidae, Hirundinidae, Icteridae, Pipridae, Psitacidae, Traupidae, Trochilidae, Trogloditidae, Tyrannidae, entre outras.

Com relação aos mangues, a avifauna associada é composta geralmente por garças-branca-grande, garça-branca-pequena, garça cinza, maçarico, periquito jandaia e papagaio, martim-pescador pequeno e grande, entre outras aves

ribeirinhas. A macrofauna bêntica é representada pelos caranguejos, aratus, siris, cracas, ostras e lambretas. Entre os peixes, a diversidade também é bastante grande, podendo-se citar, por exemplo, a tainha, o carapicu, o carapeba, as arraias e o agulha, entre outros.

RECURSOS HÍDRICOS

Do ponto de vista hidrográfico, o Baixo Sul encontra-se inserido na Região e na Bacia Hidrográfica do Recôncavo Sul, estando limitado, ao norte, pela Bacia do Rio Jiquiriçá e, ao sul, pela Bacia do Rio de Contas. Entretanto, são as Subbacias Hidrográficas dos Rios Una, Almas, Cachoeira Grande ou Mariana, Acarai e Maraú que conformam e influenciam de modo mais direto o Baixo Sul.

SUB-BACIAS HIDROGRÁFICAS DO BAIXO SUL

- Una
- Almas ou Jequié
- Cachoeira Grande / Mariana / Acaraí



São exatamente estas sub-bacias que apresentam o maior rendimento em termos de produção hídrica, sendo predominante nesta área o clima tropical chuvoso (com breve período de estiagem) e precipitações pluviométricas que chegam a superar os 2000 mm (este gradiente de chuvas decresce de Leste para o Oeste e para o Norte, no Recôncavo Sul).

Os principais centros urbanos da Microrregião foram formados nas proximidades destes cursos d'água que, além de apresentarem condições de navegabilidade consideradas como satisfatórias, aglutinam as principais culturas agrícolas do Baixo Sul ao longo de suas margens.

O curso d'água de maior expressão é o *Rio Una*, que tem grande significado econômico para a Valença, tanto em termos turísticos como na produção de

pescado (fértil em pitus, camarões, robalo e tainha), sendo navegável por canoas, escunas e lanchas.

O *Rio das Almas ou Jequié*, com seus vários afluentes, entre eles o *Rio Gandu* e *Rio Águas Comprida*, é de grande importância para a região de Nilo Peçanha e apresenta condições de navegabilidade e pesca, sendo favorável às embarcações de pequeno calado e à pesca. Em suas margens, encontram-se plantações de cacau, banana, guaraná e laranja. O *Rio Cachoeira Grande* percorre as terras dos municípios de Camamu e Ituberá e, além de apresentar condições de navegabilidade, também possui em suas margens plantações de cacau e pastagens.

Tabela 2 – Principais rios dos municípios do Baixo Sul

Municípios	Rios
Cairu	Riacho Gamboa
Camamu	Cachoeira Grande, Acaraí, Orijó, Sorojo
Gandu	Almas
Igrapiúna	Serinhaém, Igrapiúna, Pinaré
Ituberá	Cachoeira Grande, Serinhaém, Rio de Barro, Riacho Maribu, Santarem, Rio das Piabas, Cabatá
Ibirapitanga	Oricó, Cachoeira do Pau, Reves, Dois Irmão da Mata, Santo, Tanque, Oricozinho, Jacuba, Buris, Rio do Meio, Rio Pardo
Nilo Peçanha	Jequié ou das Almas, do Braço, Santo, Santo Antônio
Piraí do Norte	Juliana, Rio do Peixe
Pres. Tanc. Neves	Riacho do Meio, Piauí, Riacho Espanada, Rio Ipiranga
Taperoá	Jequié ou das Almas, Camuruji, Engenho, Carijé
Teolândia	Preto, Jequié ou das Almas, Fonte de Prata, Rio dos Reis
Valença	Una, Jiquiriçá, Pitanga, do Braço, Graciosa ou Engenho, Piau

Fonte: Costa do Dendê, BAHIATURSA, 1998; Anuário de Estatística, SEI/SEPLANTEC, 2001

Afora o Baixo Sul por ter uma área extremamente rica em recursos hídricos, há um conjunto de corpos d'água em condições variáveis de navegabilidade, expressivos complexos de mangues e quedas d'água de grande poder de atração turística, o que denota um valor ambiental e significado econômico, sobretudo para as populações ribeirinhas. Contudo, é exatamente em sua faixa litorânea, na Costa do Dendê, que se apresenta uma maior disponibilidade de águas subterrâneas.

A análise da demanda por recursos hídricos no Baixo Sul, segundo dados do Centro de Recursos Ambientais (CRA), indica que os principais usos, por ordem de importância, são: abastecimento urbano e rural; irrigação e dessedentação de animais; lazer e turismo na faixa litorânea; navegação na foz dos rios; abastecimento industrial; aquicultura e utilização de mananciais como corpos receptores (CRA, 2002).

Entre as demandas apresentadas, vale destacar aquelas relacionadas com o abastecimento urbano que, apesar de apresentar um ritmo de crescimento demográfico comparativamente inferior ao Estado da Bahia, tende a crescer em função da intensificação da atividade turística decorrente do PRODETUR-II e da economia da Microrregião: a pecuária, agricultura e a maricultura, particularmente a criação de camarão e peixe em cativeiro, com grande potencial de desenvolvimento.

Neste conjunto, vale destacar o baixo índice de utilização da irrigação pelas atividades agrícolas permanentes e temporárias, como também os baixos índices de domicílios ligados à rede geral de abastecimento e água. Os dados da Tabela 35 indicam que apenas 48,41% da população do Baixo Sul têm acesso à água através da rede geral, percentual inferior ao do conjunto do Estado da Bahia, que é de 69,51%. Em seguida aparece o percentual de 38,32% dos que se abastecem através de poço ou nascente. Dentre os municípios que apresentam os menores percentuais de acesso a água, por meio da rede geral, vale destacar Piraí do Norte e Teolândia. Estes municípios recorrem a poços ou nascentes como forma de abastecimento prioritário, sendo que parcela considerável dos domicílios não possui nenhuma forma de canalização da água.

RECURSOS MINERAIS

No que se referem aos recursos minerais, há registros da ocorrência de rochas e minerais, sobre tudo na parte costeira da bacia sedimentar importantes pela sua aplicação industrial, sendo hoje os mais importantes o gesso, o petróleo e gás natural, em fase de início de produção com impactos, sociais, econômicos e ambientais significantes sobre o território.

PASSIVO AMBIENTAL

SANEAMENTO

Atualmente o abastecimento de água atende a demanda urbana pelos SAAE municipais seu custo e eficiência estão cada vez mais comprometidos, pela poluição dos sistemas hidrográficos que recebem in-natura os esgotos urbanos e rurais, lixo, chorume, agrotóxicos e partículas de solo devido ao manejo agrícola inadequado. Analisando-se os dados fornecidos pelo IBGE pode-se perceber a inconsistência da metodologia não podendo, portanto ser considerado como dado relevante a estudos mais conclusivos.

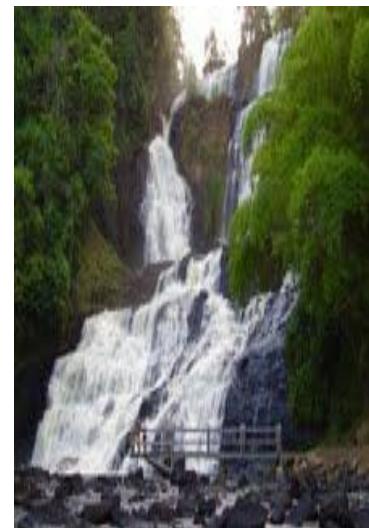
O destino dos resíduos sólidos urbanos e rurais na sua totalidade é inadequado sendo destinados a lixões a céu aberto, queima ou enterrado com graves consequências ao sistema, embora o poder público local venha tentando há anos a construção e operacionalização de unidades mais racionais de processamento dos resíduos até o momento nada ocorreu que produzam resultados efetivos (ineficiência dos ditos aterros sanitários).

DEGRADAÇÃO DO SISTEMA HIDROGRÁFICO

A supressão das matas ciliares, e da cobertura florestal, falta de técnicas de manejo agroflorestal, plantio sem curva de nível, aração morro abaixo, capina excessivas, poluição hídrica urbana, mineração e etc. vem rapidamente

provocando uma crise no sistema hidrográfico da região, com os principais impactos:

- Assoreamento dos rios e dos estuários.
- Morte de nascentes e riachos.
- Intermitência e perda da qualidade da água de riachos.
- Altos níveis de coliformes fecais e resíduos de mineradoras, com reflexos graves na qualidade do pescado e da saúde pública.



GESTÃO AMBIENTAL LOCAL

A gestão ambiental da região não existe de forma sistemática, resumindo-se apenas a algumas poucas ações fiscalizatórias punitivas, não existe fórum de discussão sobre a problemática da agricultura familiar no contexto da preservação ambiental da Mata Atlântica, os CONDEMAS não são existentes em todos os municípios e quando existentes poucos são operacionais, entretanto mesmo assim esses sofrem de processo de descontinuidade, não sendo um instrumento permanente de discussão das questões ambientais.

Existem ainda algumas ONGs que tratam as questões ambientais como foco das suas atividades, entretanto por estarem desarticuladas e não terem respaldo institucional apresentam apenas resultados pontuais sem impacto estruturante.

A pesca predatória, através do uso de explosivos ou redes de malha fina, vem contribuindo para a diminuição dos estoques pesqueiros no estuário, aliado a forte pressão sobre os recursos costeiros, causando rápida degradação destes ecossistemas;

Existem no território várias APAs – Áreas de Preservação Ambiental, sem no entanto haver entrosamento com as discussões territoriais. A criação de Unidades de Conservação (UCs) é uma das estratégias ambientais mais adotadas mundialmente para promover a conservação da natureza. Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a UC é o “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”. (vide Lei Federal 9985/00).

Ainda segundo o SNUC, ha dois grandes grupos de UCs com características específicas. O primeiro deles é formado pelas “Unidades de Proteção Integral”, que admitem apenas o uso indireto dos recursos naturais e incluem Parques, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas, Monumentos Naturais e Refúgios da Vida Silvestre. O outro grupo é formado pelas “Unidades de Uso Sustentável”, que permitem o uso sustentável de parte dos recursos naturais e incluem as Áreas de Proteção Ambiental, Áreas de Relevante Interesse Ecológico, Florestas Nacionais e Reservas Extrativistas (RESEX), Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN).

Devido à complexidade e importância ambiental do Baixo Sul, era de se esperar a criação de várias Unidades de Conservação, formando um complexo de estratégias de conservação. Na Microrregião, predomina a modalidade Área de Proteção Ambiental (APA) ou, segundo o SNUC, “área, em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos bióticos, abióticos, estéticos ou culturais, especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, que tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais”.

As UCs presentes no Baixo Sul, assim como as respectivas formas de criação, gestão, documentos disponíveis, municípios e áreas de abrangência:

Tabela 3 - Unidades de conservação do Baixo Sul, 2002

Unidades de Conservação	Criação	Gestão	Municípios	Área	Documentos
APA de Pratigi	Dec. Est.n° 7.272 de 02/04/98	Co-gestão	Nilo Peçanha, IDES Ituberá, Igrapiúna	32.000 hectares	Plano de Gestão Diagnóstico Ambiental
APA de Tinhareí/Boipeba	Decreto Estadual n°1.240 de 05/06/92	Governo Estadual	Cairu	43.300 hectares	Zoneamento Ambiental Plano de Manejo
APA de Guaibim	Decreto Estadual n° 1164 de 11/05/92	Governo Estadual	Valença	2.000 hectares	Plano de Manejo
APA da Baía de Camamu	Decreto Estadual de 28/04/02	Governo Estadual	Camamu, Maraú, Itacaré	118.000 hectares	
APA de Candengo	Decreto Municipal de 08/09/90	Governo Municipal	Valença	7.000 hectares	Plano de Manejo
APA de Pancada Grande	Decreto Municipal n° 1494de 13/05/93	Governo Municipal	Ituberá	50 hectares	
Reserva Ecológica Estadual do Julianá	Decreto Municipal n° 1657de 29/04/97	Governo Municipal	Ituberá		
Reserva da Biosfera da Mata Atlântica	Reconhecimento pela UNESCO em 4 fases, entre da Reserva da Rio Grande do Sul	Conselho Nacional	Estados	290.000 km2	Plano de Gestão
Reserva Ecológica de Cachoeira do Pau	Decreto Municipal n° 541de 27/06/97	Governo Municipal	Ibirapitanga		

Apesar de ser uma das estratégias mais freqüentes de conservação, a criação de UCs não garante que os recursos naturais, cênicos e culturais serão efetivamente conservados. A implantação dessas unidades depende da elaboração de diagnósticos sócioambientais e respectivos zoneamentos, que

fundamentarão os Planos de Manejo ou Planos de Gestão, os quais, por sua vez, definirão as diretrizes para o estabelecimento de infra-estrutura física e indicarão recursos humanos e financeiros necessários à manutenção da UC. Somente com a implantação real das UCs, em conjunto com uma série de medidas complementares destinadas aos recursos naturais e culturais, será assegurado um meio ambiente adequado e conservado no Baixo Sul e poderão ser alcançados os objetivos para os quais elas foram criadas.

Veja-se, a esse respeito, o exemplo da APA do Pratigi que, mesmo com todas as dificuldades, foi considerada pelo CRA/SEPLANTEC como a APA melhor administrada entre as 26 APAs estaduais monitoradas pelo mesmo órgão, conforme o Relatório de Atividades do CRA de 2001.

POPULAÇÃO

A população do Território do Baixo Sul da Bahia é de 359.593 habitantes, com 7.558 km² e densidade demográfica de 47,6 hab /km² apresentando grau de urbanização considerado que há um crescimento médio das áreas urbanas todavia a zona rural apresenta uma taxa de crescimento negativa o que significa uma redução gradativa da população rural.



ASPECTOS POPULACIONAIS
Território 21 – Baixo Sul Bahia

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL	RURAL	URBANA	MULHERES	HOMEM	ÁREA KM2
ARATUÍPE	8.590	3.082	5.508	4.217	4.373	181
CAIRU	15.366	7.222	8.144	7.528	7.838	460
CAMAMU	35.160	19.544	15.616	17.263	17.897	920
GANDU	30.329	5.489	24.840	15.229	15.100	243
IGRIPÍUNA	13.347	9.070	4.277	6.298	7.049	527
ITUBERÁ	26.592	7.349	19.243	13.199	13.393	417
JAGUARIPE	16.467	11.167	5.300	8.017	8.450	898
NILO PEÇANHA	12.530	9.426	3.104	6.0673	6.463	399
PIRAÍ DO NORTE	9.835,	6.139	3.696	4.658,	5.177	187
PRESIDENTE TANCREDO NEVES	23.857	14.281	9.576	11.635	12.222	417
TAPEROÁ	18.791	10.066	8.725	9.185	9.606	410
TEOLÂNDIA	14.850	9.782	5.068	7.116	7.734	317
VALENÇA	88.729	24.328	64.401	45.165	43.564	119261
WENCESLAU GUIMARÃES	22.181	14.669	7.512	10.723	11.458	562
IBIRAPITANGA	22.610	16.447	6.163	11.075	11.535	447
TOTAL TERRITÓRIO	359.234	168.061	191.173	231.981	284.983	125.646

Fonte: resultado IBGE 2007.

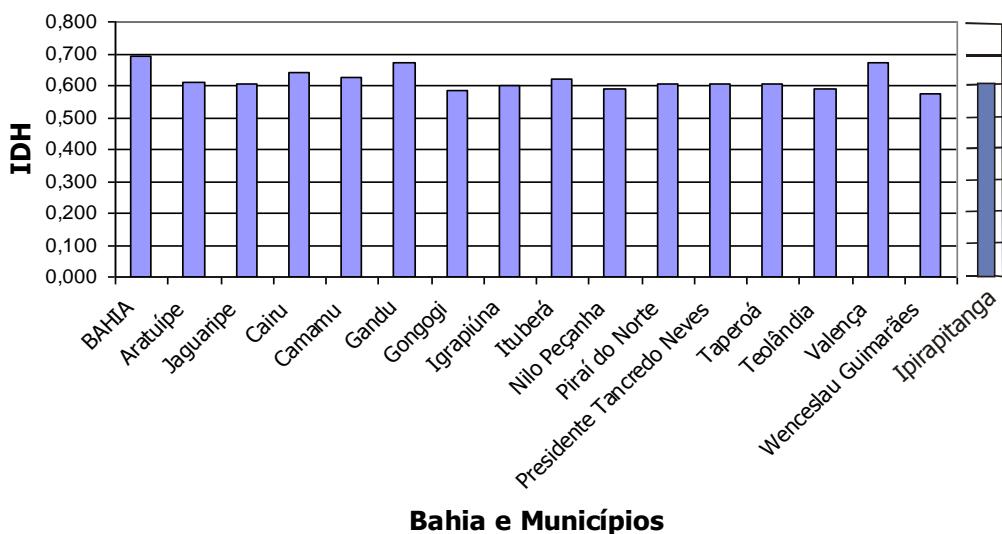
Já o indicador Razão de Dependência expressa a proporção entre as pessoas potencialmente inativas (crianças de 0-14 anos e idosos de 65 anos ou mais de idade) e as potencialmente ativas (com idades entre 15-60 anos) ou disponíveis para atividades econômicas. No Brasil, em 1995, essa razão era de 61,0 crianças e idosos para 100 pessoas em vida ativa, passando para 50%, em 2005. No Baixo Sul esse indicador é de 71%.

No Baixo Sul os estabelecimentos rurais cujos responsáveis são proprietários da terra representam 95,5% do total, sendo considerado um índice muito elevado, quando comparado com os demais territórios brasileiros, fato este talvez resultante da característica da atividade agrícola que se concentra basicamente no plantio de lavouras permanentes (78% da VAP - Valor da produção animal e vegetal).

Outro índice que reforça a importância da agricultura no território é o pessoal ocupado nos estabelecimentos, totalizando de 93.138 trabalhadores - com participação das mulheres em 34,3% - dos quais 74,4% residem nos estabelecimentos rurais. O menor IDH verificado no território é no município de Wenceslau Guimarães, com 0,575. Destacam-se os municípios de Valença e Gandu com o IDH 0,674. O estado da Bahia tem como índice 0,688 e o país 0,761. As transferências do governo são extremamente importantes para os municípios do território, posto que famílias residentes em municípios com baixo IDH são beneficiários dos programas de assistência do governo.



Gráfico 2 – Relação entre o IDH da Bahia e os municípios do Baixo Sul segundo o SEI/IBGE 2002.



Haja visto, o Território Baixo Sul apesar de ter uma grande diversificação de produtos agrícolas, associado a suas ótimas condições edafoclimáticas sendo possuidor de solos com ótimas características físicas - suportando em muitos casos manejos inadequados, além de chuvas bem distribuídas no decorrer do ano - tornando-o propício não só para cultivos de culturas perenes como também para as de ciclo curto; entretanto a baixa fertilidade natural e sua topografia acidentada favorece uma predominância pelas culturas perenes, apesar dos esforços da sociedade civil no intuito de revitalizar a cultura de produtos alimentares (a região já foi fornecedor de produtos alimentícios de Salvador), junto aos agricultores familiares com bases agroecológicas e voltada para a segurança alimentar além de uma visão de mercado mais ampliada.

Mesmo com todas as condições potencialmente favoráveis, os indicadores do produto municipal de desenvolvimento econômico e social apresentam números que se contrapõem a tal situação.

Outro aspecto que se pode observar é a inexistência de industrialização e da verticalização da produção dos diversos produtos do território, o qual pode ser considerado um fator que inibe o desenvolvimento territorial. Além do mais tem a inexistência de estudos que visem estabelecer um mercado consumidor

mais amplo. Assim, a presença dos diversos segmentos da cadeia produtiva no local de produção da matéria prima será capaz, pelo menos, de promover um desenvolvimento territorial mais intenso.

Quadro 2 – Classificação dos municípios do Baixo Sul, em relação ao total de municípios da Bahia (417), no tocante ao Índice de Desenvolvimento Social. SEI 2000.

Tabela 5 – IDS

MUNICÍPIOS	IDS	CLASSIF.
ARATUÍPE	5.012,00	134º
JAGUARIPE	5.020,11	108º
CAIRU	5.015,56	125º
CAMAMU	4.974,29	255º
GANDU	5.058,60	54º
IGRIPÍUNA	4.940,63	372º
ITUBERÁ	5.007,85	145º
NILO PEÇANHA	5.046,03	68º
PIRAÍ DO NORTE	4.973,34	262º
PRESIDENTE TANCREDO NEVES	4.954,64	333º
TAPEROÁ	4.984,25	213º
TEOLÂNDIA	4.983,08	219º
VALENÇA	5.072,72	45º
IBIRAPITANGA	4.955,18	399º
WENCESLAU GUIMARÃES	4.957,33	322º
Fonte: SEI, 2000		

Quanto ao IDE e IDS os municípios tem comportamento semelhantes, sobressaindo-se os municípios de Valença (ranqueado na 27° e 45° colocações respectivamente) e Gandu (na 95° e 54° respectivamente), aparecendo com os melhores desempenhos, num total de 417 municípios no Estado. Em contrapartida os municípios de Piraí do Norte (na 407° colocação para o IDE) e Igrapiúna (na 372° colocação para o IDS) e Ibirapitanga (na colocação 399 para o IDS) são os destaques negativos no território (Vide Anexo). Tais números reforçam a idéia da incapacidade da agricultura familiar desvincular-se de um círculo perverso que é o de produzir culturas não alimentares (basicamente voltadas para exportação) com a entrega destas na “mão” dos atravessadores.

Outro fator significante é o número de Comunidades quilombola no Território, algumas já certificadas e outras em processo de regularização, resultado do trabalho estimulado pelo poder público e qualificado pelas comunidades quilombolas em parceria com as entidades da sociedade civil organizadas, embora tenha sido uma luta constante dos atores em adquirir seus direitos. Entretanto se percebe o respeito pela classe por parte dos governos o que não é suficiente na conquista da liberdade deste povo, pois falta um número significante de famílias em adquirirem suas terras, ou seja, a certificação.

COMUNIDADES QUILOMBOLAS COM CERTIFICAÇÃO					
Número de Ordem	Comunidade	População	Nº Famílias FUNASA	Município	Data - Publicação da Certificação Diário Oficial da União
104	TORRINHAS	750	150	CAIRU	13/12/2006
11	GALEÃO	1150	230	CAIRU	13/06/2007
110	VILA MONTE ALEGRE	250	27	CAIRU	12/05/2006
05	CAJAZEIRAS, PRATA E RUA DO FOGO	1500	302	CAIRU	07/02/2007
	SUB-TOTAL	3650	709		
01	ACARAI	1404	234	CAMAMU	05/03/2008
03	BARROSO	360	215	CAMAMU	05/03/2008
05	GARCIA	900	208	CAMAMU	05/03/2008
07	JETIMANA	396	66	CAMAMU	13/03/2008
13	PEDRA RASA	760	152	CAMAMU	05/03/2008
14	PORTO DO CAMPO	390	78	CAMAMU	05/03/2008
15	PRATIGI	375	75	CAMAMU	05/03/2008
16	RONCO	390	78	CAMAMU	05/03/2008
18	TAPÚIA	610	122	CAMAMU	05/03/2008
19	PIMENTEIRA	740	148	CAMAMU	10/04/2008
	LAMEIRO	356	89	CAMAMU	EM PROCESSO FALTA

					ATA
	VARJÃO	359	72	CAMAMU	EM PROCESSO FALTA ATA
	BULANDEIRA			CAMAMU	GE
	CONDURU			CAMAMU	GE
	JAQUEIRA			CAMAMU	GE
	OROJO			CAMAMU	GE
	PINARE			CAMAMU	GE
	SOROJO			CAMAMU	GE
	PONTE NOVA			CAMAMU	GE
	SUB-TOTAL	7049	1537		
61	LARANJEIRAS	185	37	IGRAPIUNA	12/05/2006
	BOA ESPERANÇA	225	56	IGRAPIUNA	EM PROCESSO FALTA ATA
	DENDÊ	120	30	IGRAPIUNA	EM PROCESSO FALTA ATA
	ILHAS DAS FLORES			IGRAPIUNA	GE
	MARTIM			IGRAPIUNA	GE
	OSMEIRA			IGRAPIUNA	GE
	PEDRA MOLE			IGRAPIUNA	GE
	PONTA			IGRAPIUNA	GE

	RIO DE CARMUCIM			IGRAPIUNA	GE
	RIO NOVO			IGRAPIUNA	GE
	SALINA			IGRAPIUNA	GE
	SUB-TOTAL	530	123		
20	INGAZEIRA	200	87	ITUBERÁ	08/06/2005
26	LAGOA SANTA	280	89	ITUBERÁ	08/06/2005
17	BREJO GRANDE	150	46	ITUBERA	07/06/2006
93	SÃO JOÃO DE SANTA BARBARA	150	32	ITUBERÁ	12/05/2006
04	CÁGADOS	260	74	ITUBERA	13/03/2007
	SUB-TOTAL	1040	328		
	SUB-TOTAL	6645	941		
07	BOITARACA	245	49	NILO PEÇANHA	19/04/2005
22	JATIMANE	396	91	NILO PEÇANHA	19/04/2005
	SUB-TOTAL	641	140		
02	ALTO ALEGRE	378	102	PRESIDENTE TANCREDO NEVES	05/03/2008
12	PAU DA LETRA	354	85	PRESIDENTE TANCREDO NEVES	05/03/2008
	CAROBA			PRESIDENTE TANCREDO	GE
	MONTE IPIRANGA			PRESIDENTE	GE

				TANCREDO NEVES	
	ALTO DA PRATA	419	83	PRESIDENTE TANCREDO NEVES	EM PROCESSO FALTA ATA
	SUB-TOTAL	1151	270		
06	GRACIOSA	450	67	TAPEROÁ	05/03/2008
08	LAMEGO	535	80	TAPEROA	05/03/2008
09	MIGUEL CHICO	1005	201	TAPEROÁ	05/03/2008
	SUB-TOTAL	1990	348		
11	NOVO HORIZONTE	1000	200	VALENÇA	13/03/2008
17	SARAPUI	600	150	VALENÇA	05/03/2008
07	VILA VELHA DO JEQUIRICA			VALENÇA	05/05/2009
08	ARUEIRA			VALENÇA	05/05/2009
09	BURACO AZUL			VALENÇA	05/05/2009
10	JAQUIERA			VALENÇA	05/05/2009
11	SAPÉ GRANDE			VALENÇA	05/05/2009
	PAU QUE RONCA			VALENÇA	GE
	OROBÓ			VALENÇA	GE
	SUB-TOTAL	1600	350		
30	NOVA ESPERANÇA			WENCESLAU GUIMARÃES	09/12/2008
	BARRA DA LAMA			WENCESLAU	GE

				GUIMARÃES	
	COÇÃO			WENCESLAU GUIMARÃES	GE
	DARAMÃO			WENCESLAU GUIMARÃES	GE
	NOVA ESPERANÇA			WENCESLAU GUIMARÃES	GE
	PALMEIRAS			WENCESLAU GUIMARÃES	GE
	RIACHO MUCUGE			WENCESLAU GUIMARÃES	GE
	RIO PRETO			WENCESLAU GUIMARÃES	GE
	WENCESLANDIA			WENCESLAU GUIMARÃES	GE
	TOTAL	23.537	5.096		

ORGANIZAÇÃO SOCIAL



A organização social da região reflete a sua formação histórica e atual estágio de desenvolvimento econômico. A maioria das organizações se originam de atividades agropecuárias. Sendo o turismo outra atividade em destaque, mobilizando grupos heterogêneos, organizações empresariais que ganham espaço junto aos poderes públicos.

As organizações de natureza e objetivos diversificados, principalmente de caráter corporativo, enquadram-se no conjunto Sindicatos (patronais, de trabalhadores e trabalhadoras rurais e de educação), colônias, Cooperativas e Associações, estas últimas, sobretudo de pequenos produtores rurais.

Apesar do expressivo número de organização na região, ainda é incipiente seu envolvimento nos destinos comunitários mais gerais. Muitos desses movimentos se restringem à defesa dos espaços e interesses locais, ao desenvolvimento de ações específicas e à implantação de serviços e infra-estrutura básica, a exemplo das Associações de Pequenos Agricultores e Colônias de Pescadores.

É significativa a ação de movimentos sociais organizados nos diferentes segmentos. As ONGs, OCIPs, Entidades filantrópicas e Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, estão presentes na região, principalmente diante da intensa dinâmica social de lutas pela terra e outras

bandeiras como o meio ambiente, fortalecimento das organizações, contribuição para a construção e acesso a políticas públicas, entre outros. Destaca-se também o trabalho de segmentos ligados a grupos religiosos, a exemplo da contribuição Igrejas “Católica” através de suas várias pastorais. Resgatando o processo histórico do processo de formação das organizações, desde 1990, o Baixo-Sul sofreu influências externas para sua mobilização em três grandes momentos:

1º momento - Inicialmente a região dominada por um modelo político perverso, fez das associações um trampolim político que servia apenas para a captação de recursos junto a LBA e outras entidades congêneres, as pessoas eram levadas a associar-se apenas para ter o direito ao benefício geralmente alimentação, cobertores, colchões, filtros sem ao menos acontecer reuniões ou qualquer nível de informação sobre o processo associativo.

2º momento - partir de 1994 as associações passaram a ser fomentadas em larga escala pela CAR - Coordenação de Ação Regional como entidade capaz de captar recurso junto ao banco mundial através do projeto PRODUZIR/FUMAC/PAC, propiciando um empoderamento artificial dos presidentes, mais uma vez sem prestigiar o crescimento do processo.

3º momento - recentemente uma nova investida agora dos Bancos oficiais criando associações com o intuito de oferecer crédito através do PRONAF/FNDE talvez a mais desastrosa investida pois, além de não promover a educação associativa ainda levou a um endividamento amplo e cruzado, todos esses fatores favoreceram a uma série de vícios no processo associativo e cooperativo da região, entre eles.

- Pouco comprometimento dos associados com a entidade.
- Fraca visão de sustentabilidade endógena.
- Fraca visão de planejamento e futuro.
- Super valorização da imagem do Presidente.
- Processos de corrupção e favorecimento pessoal dos diretores.
- Sucessões de mandatos.
- Desrespeito aos estatutos.

- Manutenção intencional da ignorância copiando o modelo político local.
- Imediatismo e desconfiança.
- Fortalecimento do sentimento de dependência do estado.

Entretanto algumas entidades foram criadas com o intuito realmente associativo e embora apresentem um modelo bastante frágil buscam aprimorar-se e apresentam parte dos vícios acima citados.

Quanto ao processo cooperativo esse foi ainda mais cruel, uma vez que além de serem iniciados através de um processo sempre exógeno, como caráter meramente comercial, tendo como motivador a organização para concorrência com os atravessadores. Geralmente mais organizados e ágeis no tratar com o mercado, causando grande frustração aos produtores.

As Colônias de Pescadores têm desenvolvido ações significativas no reconhecimento e valorização da pesca no território, tendo como resultado diversas conquistas referentes a organização dos pescadores e acesso a projetos e programas de governo.

Foram fortalecidas no diálogo com a proposta territorial entidades como a AACAF- Agência de Assessoria e Comercialização da Agricultura Familiar do Baixo Sul da Bahia, integrando associações, cooperativas, sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras Rurais, de diferentes municípios, articulando a organização e comercialização da produção e a COOPGEAF – Cooperativa Gestora dos Empreendimentos da Agricultura Familiar do Baixo Sul, criada com o objetivo de gerir os empreendimentos coletivos e comercialização no território.

REDES SOCIAIS DE COOPERAÇÃO

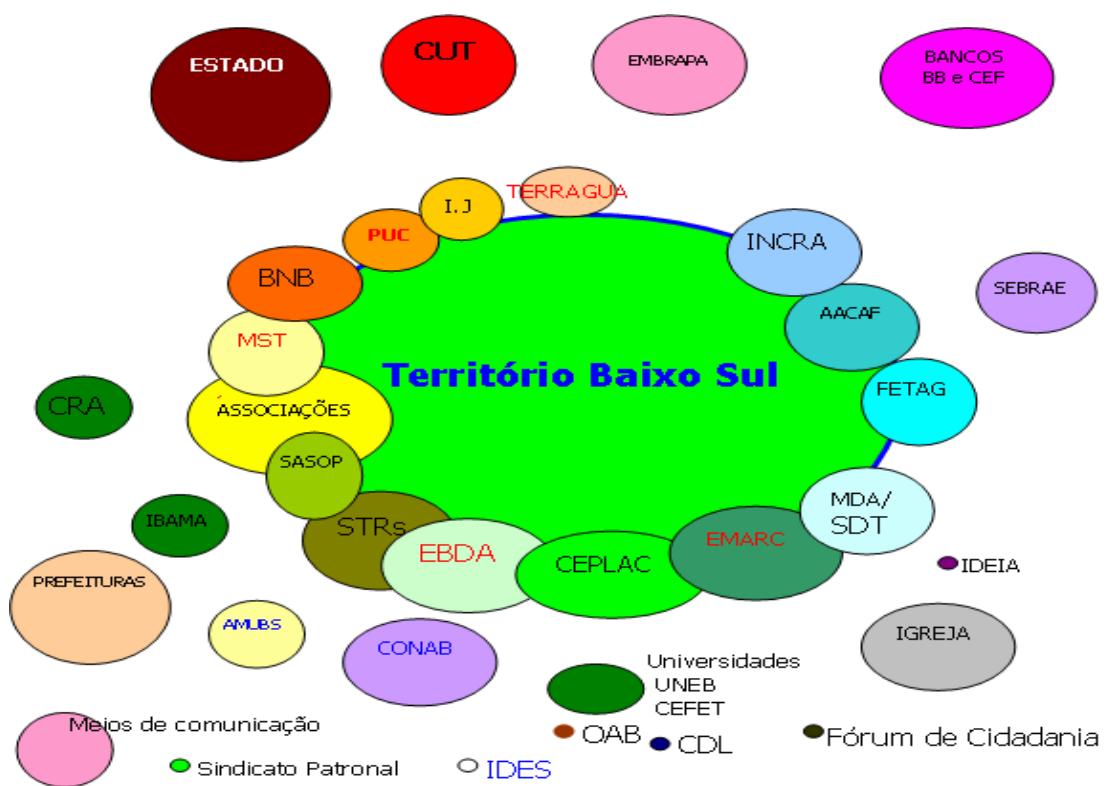
O território possui rede de cooperação bastante ampla, entretanto o comprometimento com a execução de ações territoriais tem se restringido a algumas instituições, sendo algumas mais atuantes.

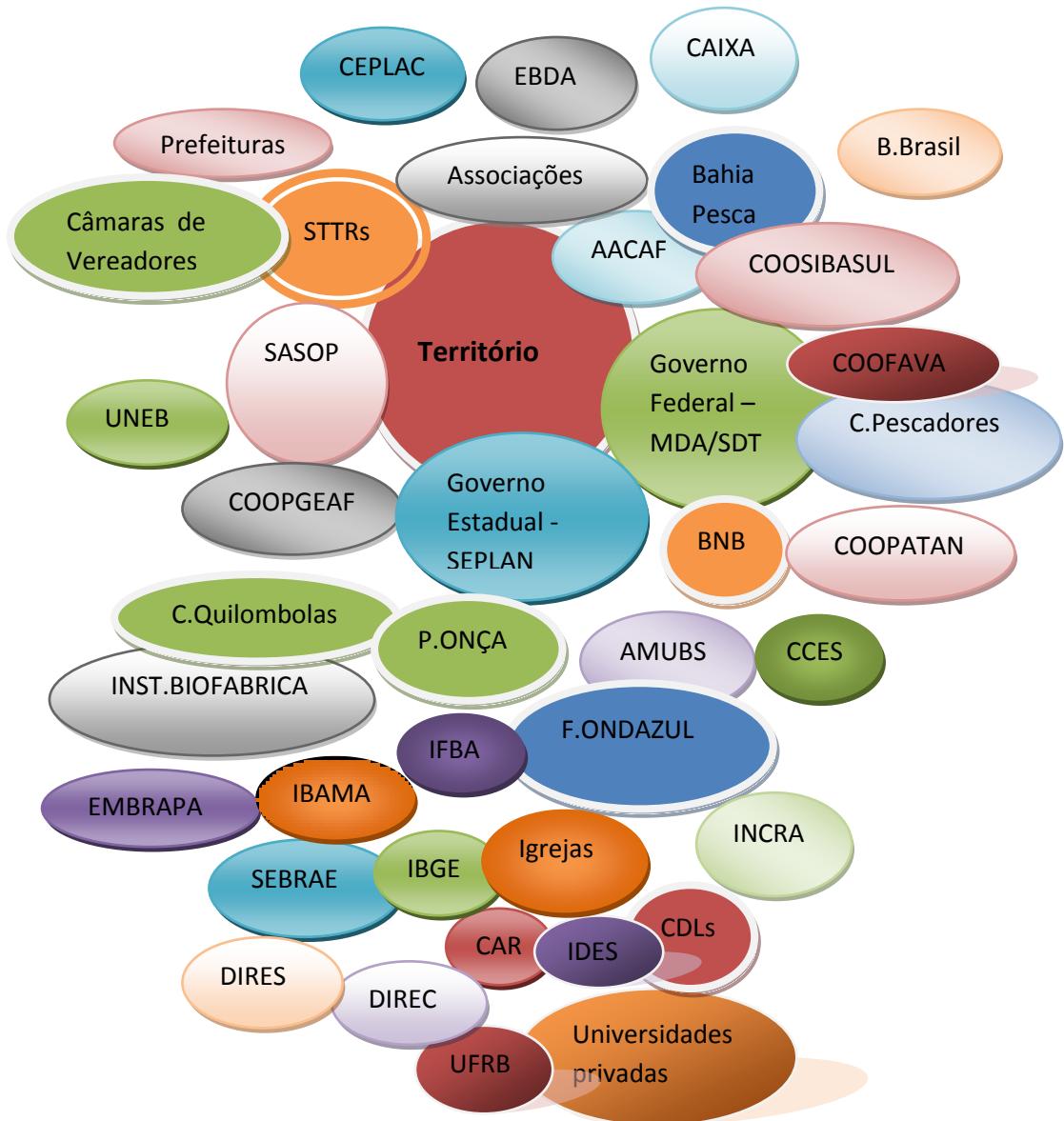
Nos momentos de construção da abrangência planejamento e avaliação do colegiado territorial foram trabalhadas diferentes ferramentas, como

“diagramas de venn” (abaixo) , como uma forma de mobilizar, mapear e avaliar a participação e proximidade das entidades na articulação territorial. Durante entrevistas com articuladores, dirigentes e entidades do colegiado, pode-se verificar certa mobilidade no grau de atuação e interação das entidades com o território e mobilizar ingresso de outras.

Oficina realizada em novembro de 2004, em Valença-Ba.

DIAGRAMA DE VENN





CONSTRUÇÃO DA GESTÃO SOCIAL

Quanto à gestão social, o território constituiu diferentes estratégias de gestão tanto para seu funcionamento quanto na gestão dos empreendimentos. No que se refere à gestão do processo territorial esse tem se dado de forma ampla pelo Colegiado e NE. Para a dinamização do processo de articulação o território conta com 2 articuladores apoiados por convênios INGÀ/Polo Sindical Litoral Sul e SDT/AACAF. Possibilitando estruturar *equipe de*

articulação, que potencializa a articulação possibilitando maior mobilização dos atores sociais, integração e articulação do colegiado e políticas públicas.

Quanto à gestão dos empreendimentos, está sendo trabalhada de forma dinâmica, ampliada e discutida com a base em modelo de gestão social coletivo, priorizando o envolvimento de diferentes atores. As discussões dos modelos de gestão estão em constante construção, sendo os moldes administrativos ainda incipientes e identificados diversos desafios para a gestão autônoma realizada com protagonismo dos atores e atrizes sociais da região. Contudo tem se buscado alternativas para um maior controle, por parte das entidades do território, na condução dos empreendimentos, que deverão estar em consonância e contribuindo com o objetivo de dinamizar as ações territoriais e apoiar a sustentabilidade das ações de gestão do processo territorial.

REESTRUTURAÇÃO AGRÁRIA

Durante o regime das seis-marias (1530 a 1822) desenvolveu-se no País, por imperativos econômicos e sociais, o sistema de posses, não amparado legalmente, inicialmente restrito à pequena exploração agrícola, envolvendo populações pobres. Com o fim do regime das sesmarias, em 1822, a partir do fim do período colonial, tal sistema passou a circunscrever grandes áreas.

A primeira Lei de Terras do Brasil, a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, estabeleceu o final do sistema de posses. Definiu-se que as terras devolutas do Império só poderiam ser adquiridas por compra e venda; a necessidade de revalidação das sesmarias que não atendessem às condições legais; as terras possuídas por simples título de posse mansa e pacífica fossem regularizadas. A proibição da aquisição de terras devolutas por outra forma que não fosse a compra, apenas serviu aos grandes proprietários, dificultando o acesso da população rural desprovida de recursos à propriedade da terra.

O Capítulo III do Título VII da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, é dedicado à Política Agrícola e Fundiária e à Reforma Agrária, mas as ações na área agrária só puderam ser realizadas plenamente

com a aprovação da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que regulamentou as disposições sobre Reforma Agrária contidas neste capítulo; e a aprovação de legislações complementares.

No território Baixo Sul, mediante o histórico levantado nas atividades do colegiado que trataram desta temática sobre concentração fundiária no território, foi levantado que a ocupação das terras nesse território teve seu início com o processo de grilagem por parte de alguns empresários, apossando-se de terras devolutas que estavam sobre o domínio de ex-escravos fugidos e ou seus descendentes, durante quase um século.

Dados de 2002 do INCRA indicam a existência de 17.476 imóveis rurais cadastrados no Baixo Sul. A grande maioria (71,40%) é de minifúndios, que se encontra na mão da agricultura familiar. As pequenas propriedades representam 23,16% e as propriedades médias e grandes somam 5,44%. Por outro lado podemos observar que 67,22% do total dos imóveis eram menores que um Módulo Fiscal e, no entanto, ocupavam apenas 15,66% da área total.

No outro extremo, a grande propriedade representava 1,14% do total dos imóveis, mas ocupava 30,44% da área total, o que denota um quadro de extrema concentração fundiária.



Tabela 6 - Imóveis rurais, por classificação fundiária, nos municípios do Baixo Sul, 2002.

MUNICÍPIO	MINIFUNDIO	PEQUENA	MÉDIA	GRANDE	TOTAL
CAIRU	97	36	14	5	152
CAMAMU	757	332	94	25	1208
IGRAPIÚNA	670	214	29	13	926
ITUBERÁ	657	175	31	19	882
IBIRAPITANGA	410	210	76	45	741
NILO PEÇANHA	564	237	44	17	862
PIRAÍ DO NORTE	371	203	34	4	612
PRES. T. NEVES	2069	414	78	6	2567
TAPEROÁ	1165	414	58	11	1648
TEOLÂNDIA	1015	302	35	4	1356
WENCESLAU GUIMARÃES	1945	579	115	21	2660
JAGUARIPE	981	292	58	11	1342
ARATUÍPE	414	123	24	4	565
GANDU	588	175	35	6	804
VALença	3654	57	13	3	3727
T. BAIXO SUL	15.357	3.763	738	194	20.052

Fonte: Superintendência Regional da Bahia - SR(05); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, 2002.

AGRICULTURA FAMILIAR: 1510
 GRANDE PRODUTOR: 45
 MÉDIO PRODUTOR: 76
 PEQUENO PRODUTOR: 210
 MINI PRODUTOR: 410

Tabela 7 - Imóveis rurais e área ocupada, por classificação fundiária, no Baixo Sul, 1999

CLASSIFICAÇÃO FUNDIÁRIA	Nº. DE IMÓVEIS	PART. (%)	ÁREA OCUPADA HÁ	PART. (%)
MINIFUNDIO	8.988	67,22	64.067	15,66
PEQUENA PROPRIEDADE	3.571	26,71	126.540	30,92
MÉDIA PROPRIEDADE	660	4,94	94.041	22,98
GRANDE PROPRIEDADE	152	1,14	124.548	30,44
TOTAL	13.371	100,00	409.196	100,00

Fonte: Superintendência Regional da Bahia - SR(05); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

No que se refere à área ocupada, os minifúndios têm maior expressão em Teolândia, Valença, Presidente Tancredo Neves e Ibirapitanga. As grandes propriedades predominam em Igrapiúna, Ituberá e Cairu; as pequenas têm maior significado em Teolândia, Piraí do Norte e Taperoá.

O Baixo Sul tem experimentado a implantação de vários Projetos de Assentamento de Reforma Agrária (PAs), sobretudo nos anos 90. A forte presença do Movimento dos Sem Terra (MST), e movimento sindical articulado pelo Pólo de Unidade Camponesa (PUC) em toda a Região Sul do Estado da Bahia.

Em Camamu, encontra-se o mais antigo projeto de assentamento do território, o Projeto de Assentamento Rápido de Camamu - PAR - Camamu, desapropriado em 1981; atualmente além desse, existem vários assentamentos de Projetos de reforma agrária em diversos municípios como: Taperoá, Valença, Gandu, Wenceslau Guimarães, Ituberá, Nilo Peçanha e Igrapiúna. Conta ainda com a execução do Programa Credito Fundiário adquirindo 05 (cinco) áreas de assentamentos sendo 03 áreas em Camamu, 01 em Ituberá, e 01 em Valença.

Existe ainda dados significativos com relação a área devolutas e improdutivas no território do Baixo Sul somando totais de 443.512 hectares de terras devolutas e 198 imóveis grandes improdutivos que somam 145.540 hectares,

entretanto é preciso atentar que essas áreas concentram remanescentes de mata atlântica, tendo portanto grande importância ambiental.

ASPECTOS ECONÔMICOS

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Agricultura



A aptidão agrícola das terras do Baixo Sul é regular para silvicultura; restrita e sem aptidão para pastagem natural; e de aptidão regular para culturas alimentares com foco na soberania alimentar, como a mandioca, feijão, milho e banana da terra e etc. As manchas de solos mais férteis são ocupadas pela cacauicultura; os de menor fertilidade, pela pecuária, guaraná, seringueira, dendê, coco da Bahia, cravo da índia, piaçava, frutas tropicais.

Observa-se que as produtividades em geral são bastante precárias, tendo em vista manejos agrícolas não apropriados às especificidades de uma agricultura sustentável nos trópicos e especificamente nas condições climáticas e ecológicas da região da Mata Atlântica.

Em relação aos recursos florestais, a região apresenta uma heterogeneidade que guarda muito da cobertura vegetal natural, concentrando extensas áreas de floresta perenifólia, conhecida como **Mata Atlântica**, com seus biomas associados, manguezais e restingas, representando um dos maiores exemplos de biodiversidade do planeta.

As plantações de cacau são as maiores responsáveis pela permanência da cobertura arbórea que preserva ainda muitas espécies originais da Mata Atlântica, principalmente, porque mais de 400 mil hectares desses cacauais

estão implantados pelo sistema tradicional denominado cabruca, que mantém uma parcela do estrato arbóreo da floresta original como sombreamento do mesmo, formando uma floresta produtiva e constituindo um exemplo de prática agrícola sustentável, posto que os cacauais oferecem proteção contra a erosão do solo e consequentes alterações no regime hidrológico, por ocuparem muitas vezes áreas fortemente declivosas e, portanto, sujeitas a esse problema.

SISTEMAS PRODUTIVOS AGRÍCOLAS



Sistemas essencialmente diversificados, combinando lavouras permanentes com lavouras temporárias (em alguns casos), produção animal, extrativismo e atividades não agrícolas.

Cultivos Temporários: feijões (caupi, fava, mangalô, andú), hortaliças, batata-doce, plantas medicinais, mandioca, abóbora, inhambu, inhame, quissare, jiló, quiabo, melancia, pimentas, milho (malagueta, doce, de cheiro), abacaxi.

Cultivos Permanentes: caju, manga, coco, dendê, piaçava, cravo-da-índia, pimenta-do-reino, pimenta-da-jamaica, mangostão, rambutam, mamão, canela, cacau, cupuaçu, guaraná, jaca, abacate, cajá, cajarana, siriguela, jambo, citrus, sapoti, açaí, pupunha, banana (prata, da terra, pão), acerola, pitanga, carambola, atas (graviola, ata de lima), fruta pão, jenipapo, seringa, urucum, noz moscada e flores tropicais.

Produção Animal: Bovinos/bubalinos de trabalho, galinha caipira, apicultura e piscicultura.

Extrativismo: Pesca artesanal, piaçava, castanha de caju, mangaba e em alguns casos o dendê pode ser considerado também como extrativismo.

Produção não Agrícola: Artesanato (artefatos com a piaçava, dendê, barro, aproveitamento de madeira, materiais não recicláveis, sementes e cascas), Agroindústria Familiar (polpa de frutas, farinha, azeite de dendê, doces e defumados).

Entretanto é preciso aprofundar-se a discussão acerca do modelo de crédito à disposição dos agricultores familiares, tendo em vista que naturalmente o policultivo tem sido a prática corriqueira dos mesmos, entretanto o modelo à disposição nos agentes financeiros é limitador desta prática e o PRONAF Agroecologia e floresta carecem de mais elementos que possibilitem a sua implementação de forma efetiva. Ademais o despreparo das equipes técnicas no trato da proposta agroecológica frente ao crédito cria barreiras atualmente intransponíveis para a afirmação do novo modelo tecnológico.



PRODUÇÃO PESQUEIRA

MUNICÍPIO	COMUNIDADE	COMUNIDADES COM AÇÕES
CAIRU	BOIPEBA SÃO SEBASTIÃO CANAVIEIRAS TORRINHAS TAPUIAS GALEÃO GAMBOA SEDE GARAPUÁ MORRO DE SÃO PAULO	COLÔNIA DE PESCADORES Z-55 DE CAIRU ASCRIPAM - ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES, PESCADORES E AMIGOS DE TAPUIAS E CIRCUNVIZINHANÇAS. APROPESCA - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES E PESCADORES DE CANAVIEIRAS, TAPUIAS, TORRINHAS E ALVES.
NILO PEÇANHA	BARRA DOS CARVALHOS BARROQUINHA SÃO FRANCISCO SEDE	ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DE BARRA DOS CARVALHOS. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SÃO FRANCISCO. APAMAR - ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AQUÍCULTORES E MARICULTORES DE BARRA DOS CARVALHOS.
TAPEROÁ	GRACIOSA CAMURUJI SEDE JACARÉ JORDÃO	COLÔNIA DE PESCADORES Z-53 DE TAPEROÁ
ITUBERÁ	SEDE RIO DO CAMPO BARRA DOS CARVALHOS	ASSOCIAÇÃO DAS MARISQUEIRAS DE ITUBERÁ
IGRIPUNA	ILHA DA BARRETA TIMBUCA ILHA DA PESCARIA CONTRATO BARRA DO SERIANHEM	

Participação dos Pescadores e Marisqueiras na composição dos municípios.

Tabela 11 - Demonstrativo da participação dos pescadores e marisqueiras na composição dos municípios.

Município	População Estimada do Município ¹	N.º de Pescadores		N.º de Marisqueiras		Pessoas relacionadas a Pesca e Mariscagem	
		Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%
Cairu	11.410	661	5,79	590	5,17	3.058	26,80
Igrapiúna	14.960	180	1,21	121	0,81	756	5,05
Ituberá	24.133	208	0,86	179	0,74	949	3,93
Nilo Peçanha	11.213	151	1,35	75	0,67	755	6,73
Taperoá	14.960	226	1,51	221	1,48	979	6,54
Totais	76.676	1.426		1.186		6.497	

Fonte: ¹Censo Demográfico IBGE -2000 e Cadastro da RESEX - 2003.

Podemos observar no quadro acima um destaque para o município de Cairu, no que se refere ao número de pessoas envolvidas na atividade pesqueira com 1.251 pessoas trabalhando diretamente representando 10,96% da sua população, quando levamos em conta todos os familiares, encontramos 3.058 pessoas que dependem direta e indiretamente da pesca e da mariscagem o que representa que 26,80% da sua população dependente dessa atividade, em segundo lugar vem Nilo Peçanha com 6,73%, Taperoá com 6,54% Igrapiúna com 5,05% e Ituberá com a menor participação 3,93%.

2.Situação do quadro educacional dos Pescadores e Marisqueiros levantados.

O processo de desenvolvimento das comunidades passa por intervenções que necessitam de uma compreensão maior por parte dos moradores da comunidade assim é primordial que seja levantado o nível de instrução nessas comunidades.

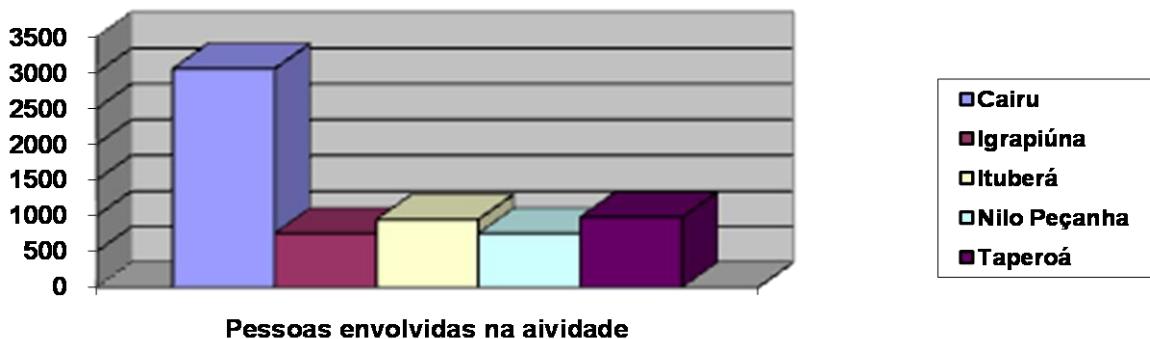


Tabela 12 - Situação do quadro educacional dos Pescadores e Marisqueiros levantados, quanto a leitura.

Município	N.º de Pescadores	N.º de Pescadores que Sabem Ler	%	N.º de Marisqueiras	N.º de Marisqueiras que Sabem Ler	%
Cairu	661	431	65,21	590	418	70,90
Igrapiúna	180	161	89,07	121	89	73,95
Ituberá	208	123	59,20	179	135	75,16
N.Peçanha	151	118	78,10	75	51	68,20
Taperoá	226	163	72,14	221	158	71,53
TOTAIS	1.426	852	59,70	1.186	852	71,80

Fonte: Levantamento da RESEX.

Durante as discussões nos espaços do território foram apontados as principais preocupações com relação as práticas consideradas prejudiciais, tendo destaque as seguintes:

- Pesca de arrasto motorizado dentro do estuário.
- Pesca com explosivos.
- Utilização de redes com malhas inferiores ao permitido (mariquita).
- Utilização de produtos químicos para captura de moluscos.
- Captura de fêmeas de siri, caranguejo.
- Sobre-pesca.
- Uso de gaiolas de malha miúda para captura de siri.
- Uso de redes para captura de caranguejo.
- Corte dos manguezais.

A manutenção de tais práticas certamente levará ao esgotamento dos recursos naturais e ao desemprego milhares de famílias. Ainda foi colocado pelas comunidades a inexistência de órgão fiscalizador eficiente, que possa controlar tais práticas.

TIPOLOGIA DOS PRODUTORES RURAIS

GRUPO I

PRODUTORES COM DIFICULDADES PARA ESTRUTURAR SISTEMAS PRODUTIVOS SUSTENTÁVEIS.

- a) Produtores com estabelecimentos familiares com área inferior a 5 ha, sem infra-estrutura (acesso à água potável, saneamento, energia e estradas), sem assistência técnica qualificada para a abordagem agroecológica e sem comercialização articulada;
- b) Pescadores artesanais que estão inadimplentes com o sistema financeiro, com poucas perspectivas para liquidar os débitos, sem assistência técnica especializada e sem comercialização articulada;
- c) Assentados que ficaram inadimplentes com o sistema financeiro, após a renegociação de débitos, sem amparo para renegociação por uma legislação especial, sem infra-estrutura, sem assistência técnica qualificada para a abordagem agroecológica e sem comercialização articulada;
- d) Grupos Quilombolas com área inferior a 5 ha, sem infra-estrutura (acesso à água potável, saneamento, energia e estradas), sem assistência técnica qualificada para a abordagem agroecológica e sem comercialização articulada;

GRUPO II

PRODUTORES COM POSSIBILIDADES DE ACESSO A INVESTIMENTOS ESTRUTURANTES, PORÉM DEPENDENDO DA SOLUÇÃO DE ENTRAVES QUE DIFICULTAM ACESSO AOS CRÉDITOS.

- a) Estabelecimentos familiares cujos proprietários não têm a documentação comprobatória da propriedade da terra (em geral, devido a partilhas de heranças não formalizadas); (Proposta de regularização fundiária via CDA).
- b) Pescadores artesanais adimplentes com o sistema financeiro, porém sem assistência técnica qualificada e sem comercialização articulada;
- c) Assentamentos que, por razões variadas, ainda não obtiveram as condições necessárias para se enquadrarem na “Demanda Qualificada para Acessar o PRONAF A”;
- d) Estabelecimentos familiares com pré-condições para implementar sistemas produtivos integrados com base na agroecologia, porém não dispenso de assistência técnica adequada (quantidade e qualidade) e sem comercialização articulada;

- e) Jovens enquadráveis na linha de crédito específica (PRONAF-Jovem), porém sem a oferta da capacitação indispensável para acesso ao crédito e posterior acompanhamento técnico qualificado;

GRUPO III

UNIDADES FAMILIARES COM POSSIBILIDADE DE ACESSO AO CRÉDITO IMEDIATO A INVESTIMENTOS ESTRUTURANTES.

- a) Estabelecimentos familiares do grupo B, com área superior a 5 ha, bem como dos grupos C, D e E, desde que estejam adimplentes com o sistema financeiro e que possuam a documentação da propriedade da terra, porém necessitando de assistência técnica adequada (qualidade e quantidade) e comercialização articulada;
- b) Projetos de assentamentos (INCRA, PNCF) que estejam qualificados para o PRONAF A ou que possam obter qualificação em curto prazo, porém necessitando de assistência técnica adequada (qualidade e quantidade) e comercialização articulada;
- c) Pescadores artesanais adimplentes com o sistema financeiro, sem assistência técnica adequada (qualidade e quantidade) e sem comercialização articulada;

GRUPO IV

Produtores que pretendem introduzir experiências inovadoras, para as quais eles tem a referência de produtores experimentadores locais, mas que a maioria dos técnicos que prestam assessoria não estão ainda devidamente qualificados e nem o sistema bancário não dispõe de instrumentos para operar o crédito. Tais experiências se referem, entre outras, à agroecologia, manejo sustentado do bioma Mata Atlântica, sistemas agroflorestais (com mais de cinco espécies principais) com uma visão sistêmica, tecnologias apropriadas para pequenas agroindústrias e manejo e conservação do sistema solo/água/planta.

GRUPO V

Produtores que praticam experiências inovadoras, para as quais eles têm domínio e experiência e são assistidos por técnicos que prestam assessoria devidamente qualificada. Tais experiências se referem, entre outras, à agroecologia, manejo sustentado do bioma Mata Atlântica, sistemas agroflorestais (com mais de cinco espécies principais) com uma visão sistêmica, tecnologias apropriadas para pequenas agroindústrias e manejo e conservação do sistema solo/água/planta, e participam de organizações sociais estruturadas como associações e cooperativas.

BENEFICIAMENTO DA PRODUÇÃO

Atualmente, o processo agro-industrial voltado à agricultura familiar apresenta-se bem definido em dois modelos: O primeiro pouco se diferencia do modelo original com produção orientada principalmente para os mercados locais e regionais, concentração espacial, baixo nível tecnológico e escala reduzida, essas unidades são principalmente roldões, casas de farinha e pequenas carpintarias.



O segundo modelo diz respeito a médias e grandes indústrias de processamento de dendê, látex e guaraná, que se concentram principalmente nos municípios de Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá e Igrapiúna tais como a ODESA em Valença, OPALMA em Taperoá, MIL em Nilo Peçanha e as unidades industriais produtoras de látex da MICHELIN, e guaraná a Pratigi, Pratini. Existe ainda a indústria moveleira e de processamento de mesocarpo de dendê em carvão ativado que está instalada em Valença. Mas recentemente implantou-se unidade de processamento de palmito que em forma de integração vem processando o produto da agricultura familiar. A Agroindústria de Guaraná, sediada no município de Nilo Peçanha, foi a primeira conquista do colegiado, estimulando a criação da COOPGEAF.

ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS

Dentre as atividades não agrícolas destaca-se principalmente o artesanato de barro, nas cidades de Jaguaripe e Aratuípe, de piaçava em Cairu e Nilo Peçanha o artesanato com palha de dendê tem sua maior expressão em Valença e Ituberá e da palha da banana no um município de Teolândia e Wenceslau Guimarães.

COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO.

O processo de comercialização se da basicamente com os atravessadores, de especiarias e cacau, com a indústria no caso do dendê e seringa, e com os pequenos comerciantes no caso da farinha. A venda de outros produtos na feira livre ou venda direta a consumidores é baixa, o que vem sendo modificado recentemente com o trabalho da articulação em rede de organizações sociais da agricultura familiar.



Através dos programas de abastecimento alimentar do governo federal e do estado, tem se avançado na comercialização, fortalecendo a estratégia de geração de renda e SAN no território

ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO



A produção diversificada do Baixo Sul é uma característica fundamental, possibilitando o estabelecimento de diferentes estratégias para o desenvolvimento da região.

Existe todo um processo de investimento na diversificação dos sistemas produtivos garantindo a viabilização de

agroecossistemas sustentáveis, como o caminho para a construção do desenvolvimento na região, que deve priorizado.

Vem sendo fortalecidas cadeias produtivas específicas. Bem como processos de beneficiamento da produção criando alternativas de fortalecimento da produção. Bem como o investimento em processos de formação, fortalecimento organizativo, articulação, comercialização e acesso a políticas públicas, que vem sendo articulados e encaminhados por diferentes setores.

A prioridade em produzir alimentos tem sido uma crescente, fortalecendo o contra-ponto a lógica de organização da produção voltadas unicamente para o agronegócio. Garantindo a melhoria na SAN das famílias e consumidores e criando novas estratégias e oportunidades de manutenção da diversidade, geração de renda e oportunidades para a agricultura.

O que não elimina de vista a competitividade com as estratégias dos atravessadores, empresas e indústrias que possuem estratégias logísticas bem aparelhadas, que tornam os agricultores frequentemente reféns e meros fornecedores de matéria-prima e força de trabalho.

Os produtos na sua maioria são comprados por oligopólios sejam de atravessadores ou de indústrias tais como Dendê, onde a colheita e o transporte são negociados com a indústria que absorve a maior parte do produto, hoje na região são apenas 3 (três), no caso da seringa ocorre o mesmo processo a venda é realizada individualmente e não se pode negociar o preço. Servindo as associações nestes casos apenas para intermediar recursos públicos, não se estruturando para intermediar a organização da produção junto às cooperativas e protagonizar o processo em todas as suas etapas.

DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA

As propostas apresentadas pelo território Baixo Sul, destacam-se na busca da dinamização do território de identidade através de eixos estratégicos sócio-cultural, ambiental, educacional, político e institucional. Com base na construção coletiva de propostas, projetos, ações e empreendimentos, capazes de promover organização social, reaquecimento de mercados locais e externos com um grande impacto econômico-social, conservar a mata atlântica, gerar

riquezes, etc, promovendo o desenvolvimento econômico respeitando os pilares da sustentabilidade.

Os projetos construídos no colegiado e pleiteados têm tratado diretamente do fortalecimento e revitalização de culturas já implantadas, sua industrialização e processamento, com a implantação de estruturas de beneficiamento e padronização dos produtos, apresentando uma lógica e interligação que proporcionem a implantação de um mosaico produtivo que se propõe a atuar nos gargalos da verticalização e comercialização em cadeia, capaz de promover uma grande dinamização da economia local viabilizando a agricultura familiar na região.



1.9. SERVIÇO SOCIAL E DE APOIO À PRODUÇÃO

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO



É notório, que no Baixo Sul da Bahia, existe um déficit de técnicos não só em termos quantitativos como também devidamente qualificados para atender as diferentes demandas da agricultura familiar. Os técnicos da região se dividem principalmente em duas categorias os do serviço público e os das ONGs

e movimentos sociais, sendo os principais oficiais CELAC, EBDA e Bahia Pesca. E a ação de movimentos sociais e das ONGs que trabalham diretamente com a Agricultura Familiar no Território Baixo Sul, como: Cooperativas, STRs, Fetag, Fetraf, MST, AACAF, SASOP, FASE, Terraguá, IDES, IES, entre outros.

É representativo o número de agricultores familiares no Baixo Sul que preferem plantar de forma consorciada, aproveitando ao máximo o terreno, visto que as propriedades da região são pequenas. Mas também para aproveitar os adubos e especialmente a mão-de-obra, intensificando-se a produção, com um ganho de eficiência energética por área trabalhada. Assim como esta existem outras estratégias construídas pelos agricultores familiares que devem ser valorizadas e fortalecidas.

Portanto faz-se necessário que haja uma qualificação dos profissionais que irão atuar junto à agricultura familiar do Baixo Sul, tornando-os capazes de entender e atender aos anseios e necessidades da agricultura familiar, orientados principalmente pelos princípios da agroecologia, valorização dos recursos naturais e saberes populares, construção coletiva e fortalecimento das organizações formais e informais.

O investimento na continuidade da formação das comunidades locais no sentido de estimular processos de experimentação que contribuam para o desenvolvimento a partir da organização e manejo de agroecossistemas em bases mais sustentáveis ainda se faz necessário o. Como também qualificar os agricultores a acreditarem em sua vocação como portadores e geradores legítimos de conhecimentos de extrema valia para o desenvolvimento tecnológico, ao contrário do paradigma veiculado pela revolução verde e do que pregam em grande maioria as comunidades científicas.

Com esta perspectiva é necessário melhorar substancialmente a qualidade do ensino e da assistência técnica e que os investimentos se articulem e se completem, valorizando as iniciativas e organizações locais na construção e gestão do PTDS.

Outro foco importante da capacitação e assessoria está no campo da segurança alimentar e nutricional, com a intenção de fomentar a discussão da necessidade da produção voltada para o auto-consumo, garantindo a disponibilidade, o acesso e o consumo de alimentos em quantidade e qualidade adequada pelas famílias da zona rural e ribeirinha. A disponibilidade de alimentos deverá ser trabalhada a partir do manejo agroecológico,

buscando assim diminuir a dependência das famílias aos alimentos comprados no mercado convencional.

Recentemente vem se ampliando o quadro de assistência técnica disponibilizado para região através de programas e projetos em parcerias com os governos estadual e federal. Propiciando a revisão e fortalecimento de entidades de assistência técnica oficial e a possibilidade de acesso a entidades assistência técnica não governamental que vem dando boas respostas, a partir da dinâmica territorial e PNATER. Possibilitando desta forma a ampliação e melhoria na qualidade da assistência técnica para a agricultura familiar no território.

É preciso apoiar e difundir a ação de movimentos sociais e das ONGs que trabalham diretamente com a Agricultura Familiar em bases agroecológicas no território Baixo Sul, que deverão adequar suas propostas às premissas do Plano Safra Territorial.

Além dos recursos já alocados pela EBDA, SUAF, CAR, CDA, CEPLAC, INCRA, SEAP, Bahia Pesca, deverão ser aplicados mais R\$ 1,8 milhões de reais no fortalecimento das instituições públicas e sociedade civil de ATER/ATES para ampliação e adequação do novo quadro técnico, valor este que poderá potencializado com o alinhamento entre os trabalhos de ATER e ATES já existentes.

Em relação ao crédito a construção de um programa de integração entre as diversas frentes de ATER/ATES no território pode promover incremento substancial dos créditos com a necessidade de menos aporte de recursos extras, entretanto é preciso uma revisão na qualidade do crédito e na sua forma de implantação para que seja possível a interlocução dos grupos. Os técnicos deverão ser devidamente capacitados dentro dos preceitos agroecológicos e apoiados, para atender com boa qualidade a todos os beneficiários dos créditos, além da aplicação das ações complementares para o sucesso do crédito.

CRÉDITOS DO PRONAF

Tabela 1 – PRONAF

Total dos Grupos A, A/C, B, C, D, E, Mulher e Floresta		
ano	Operações	Valores R\$ 1.000,00
2000	573	3.617,00
2001	595	2.725,00
2002	419	1.029,00
2003	413	1.533,00
2004	2321	4.226,00
2005	2530	4.474,00
2006	3379	8.435,00
2007	1.077	2.473.601,38
2008	1.191	2.171.281,28
2009	1.052	1.791.113,24
2010	1.728	3.889.869,27

Total aplicado nos últimos quatro anos R\$ 10.325.865,17 (média anual de R\$ 2.581.466,29)

Total de beneficiários nos quatro anos 5.048 (média anual de 1.262 beneficiários)

Observa-se um crescimento e uma ampliação do acesso ao crédito expressivo a partir dos anos de 2007 a 2010. Com relação ao número de famílias atendidas como também em relação aos valores financiados, dentro das diversas linhas de crédito do PRONAF (A, A/C, B, C, D, E, e Floresta). Vale ressaltar que mais famílias acessaram créditos, principalmente o PRONAF B. No entanto, quando comparado ao universo de potenciais beneficiários no contexto do desenvolvimento rural sustentável verifica-se uma enorme demanda reprimida.

A lei de liquidação das dívidas dos agricultores familiares foi uma grande conquista para que os mesmos possam retomar o acesso ao crédito e passem a produzir melhor. Uma das grandes conquistas para o território foi a instalação de agência do Banco do Nordeste, principal banco que vem trabalhando diretamente com os programas voltados a atender a agricultura familiar na região, não conseguindo muitas vezes atender a toda a demanda do território devido ao número significante de agricultores familiares,



EDUCAÇÃO



No que se refere à educação, o território Baixo Sul apresenta também uma situação de precariedade. As únicas instituições de ensino superior e de nível médio profissionalizante se concentram no município de Valença, onde se registra uma unidade da Universidade Estadual da Bahia – UNEB (Pedagogia), Faculdade de Ciências

Educacionais (Pedagogia), Faculdade Zacarias de Góis (Turismo, enfermagem e Administração) e a Escola de Agropecuária Regional da CEPLAC (IFBaiano), que ministra o curso de Técnico em Agropecuária e também superior em vários campos, a unidade do CEFET- INFET agora também vem ministrando cursos em nível superior.

A taxa de analfabetismo por faixa etária no Baixo Sul em 2000 entre os alunos de 10 anos ou mais era de 33,40 %, de 10 a 14 anos era de 21, 30 % e de 25 em diante era de 45,72 % tais dados revelam que existe uma queda no índice, entretanto o número de analfabetos ainda é muito elevada. O número de alunos na rede estadual e municipal fica em torno de 115.548 alunos desde a 1^a série até o 2^o grau segundo o Censo escolar 2001, MEC/IMEP, o que significa dizer que em termos médios mais de 85% das crianças em idade escolar estão na escola, entretanto a distorção idade série no ensino fundamental é da ordem de 75% e no ensino médio da ordem de 83,66% evidenciando um elevado grau de repetência.

A formação dos professores também está em desacordo com o que determina o MEC sendo que dos 2.972 professores de 1^a a 8^a série apenas 217 possuem curso superior, ou seja, apenas 7,3% do corpo docente, tal fato reflete-se fortemente nos resultados obtidos pelo relatório de desempenho 2001 pela DIREC 5 projeto de avaliação externa. SEC/UFBA/ISP/FAPEX. Que encontrou dados alarmantes quanto ao rendimento dos alunos que apresentaram variações de rendimento insuficiente ou baixo da 4^a série 66,10 a 78,30% em

português, 58,00% a 95,00% em matemática. Pior ainda o rendimento dos alunos da 8^a insuficiente ou baixo variação de 52,20% a 72,60 % para português e de 93,30% a 100% para matemática, dados esses que nos obrigam a refletir sobre o que realmente estamos fazendo por educação.

Outro dado surpreendente diz respeito à evasão escolar que somada à reprovação atingem índices de 35,06% para a 1^a a 4^a série e de 32,23% para 5^a a 8^a séries, e de 12% para ensino médio.



No que diz respeito à educação para a zona rural temos como agravante as péssimas condições das estradas e do transporte escolar, muitas vezes realizado em carrocerias de caminhão, e a ausência de escolas de 2º grau próximos aos agricultores o que faz com que os mesmos se

desloquem para a cidade perdendo parte do dia que poderia está sendo utilizado para a produção, aliado a isso o modelo educacional é voltado para a valorizar as questões urbanas o que afasta ainda mais os jovens da produção.

SAÚDE

Verifica-se no território do Baixo Sul uma elevada proporção de óbitos classificados como sinais, sintomas e afecções mal definidas (45,1%), reflexo da insuficiente cobertura, da baixa qualidade da assistência médica, da imprecisão dos diagnósticos médicos e do mau preenchimento dos atestados de óbitos. Registra-se, também, um perfil epidemiológico complexo. Entre os principais grupos de causas de morte, aparecem doenças do aparelho circulatório, doenças infecciosas (leishmaniose) e parasitárias, afecções originárias do período perinatal e causas externas. As informações disponíveis sobre a ocorrência de doenças de notificação compulsória colocam a Região e em uma condição semelhante a das regiões subdesenvolvidas do País.

A persistência e o aumento de doenças transmissíveis são maiores nas localidades e nas populações com baixa renda. O caráter endêmico e o potencial epidêmico de muitas dessas doenças impõem urgentes políticas de saúde, municipais, estaduais e federais, visando o melhoramento das condições de saneamento, limpeza urbana, educação e habitação. A absoluta falta de tratamento de esgotos sanitários, rurais e urbanos, lançados normalmente in natura nos sistemas hidrográficos locais já contaminou os estuários, canais e braços do mar, tanto da região Valença/Cairu, quanto da Baía de Camamu, comprometendo seriamente seus recursos naturais pesqueiros. Não existem aterros sanitários nem sistema de tratamento e destinação final do lixo e a ausência de uma efetiva fiscalização sanitária facilita o aparecimento de matadouros clandestinos.

SEGURANÇA PÚBLICA

No que diz respeito à segurança pública na zona rural é notório o agravamento dos problemas com o surgimento de atividades de grupos, uso de drogas, lícitas e ilícitas, até se registrando o plantio e o tráfico de drogas, ocorrência constante de pequenos delitos na sua maioria, mas já se verificando a existência de crimes hediondos como o estupro e assassinatos.

Ha uma ausência da ação ostensiva da polícia na zona rural, causada segundo pelas precárias condições das estradas, restrito efetivo policial, poucas viaturas, aliado a isso não existe qualquer plano de ação tático para dotar a zona rural de ações de segurança.

DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS

Na esfera social e política, a substituição do clientelismo e do autoritarismo pela racionalidade política democrática e pelo planejamento técnico participativo, impõe-se como uma necessidade inadiável para universalizar procedimentos e linguagens que garantam a interlocução com as sociedades.

As contraditórias implicações do processo de globalização da economia e dos mercados exigem uma cultura política que estimule a participação cidadã na formulação e gestão de uma proposta de desenvolvimento local sustentável,

visando à incorporação da grande massa de excluídos e superando os burocráticos e conservadores limites atuais da administração pública.

Baixo nível educacional dos ensinos fundamental e médio, insuficiência de unidades escolares de ensino médio na zona rural e em toda região, o baixo rendimento das culturas e altos custos de manutenção aliado a inexistência de oportunidades de lazer, assistência médica, energia elétrica e comunicação entre outros vem provocando um êxodo rural e crescente processo de favelização das sedes municipais com criação de áreas problemáticas subnormais de violência, invasão de manguezais etc., as condições habitacionais são precárias e insuficientes.

Conjuga-se a isto ainda a insuficiente participação da juventude nos espaços de discussão políticos institucionais, ausência de espaços de capacitação em relação às políticas públicas tanto nas articulações da sociedade civil e o poder público.

A seguridade social tem sido um avanço dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais ligados à FETAG ou FETRAF, e as Colônias de pescadores que vêm desempenhando um importante papel de divulgar e implementar as políticas públicas para os segurados especiais, agricultores familiares e pescadores artesanais.

Vale ressaltar também a conquista dos trabalhadores e trabalhadoras dos sindicatos e das entidades da sociedade civil na construção de duas agências da previdência social no Território, uma no município de Camamu e outra em Presidente Tancredo Neves, ainda está em construção. O que não resolve entretanto os problemas e entraves que se tem em relação a previdência social, a exemplo da pericia e falta de servidor qualificado.

INFRA-ESTRUTURA SOCIAL E PRODUTIVA

ESTRADAS



O sistema de transportes assume relevância na integração e desenvolvimento da Região do Baixo Sul, destacando-se o transporte rodoviário e o marítimo internamente na área costeira, com relevância maior para o dendê, o coco da baía e a piaçava, já o transporte rodoviário é o principal responsável pelo escoamento da produção para os portos de Ilhéus e de Salvador e da região metropolitana em geral, bem como da interligação das outras regiões do estado e do Brasil.

A matriz rodoviária do território é constituída por dois eixos paralelos à Costa com suas interligações: a rodovia interestadual federal BR-101 na parte interiorana da região, a cerca de 30 km da costa, ligando o sul do país (Rio de Janeiro / Espírito Santo) com o nordeste (Feira de Santana / Recife); a BA-001, rodovia estadual, considerada via costeira turística e principal eixo de comunicação entre as sedes municipais costeiras de Camamu até Nazaré, com seu prolongamento até Salvador via ferry-boat; e suas principais interligações (escoamento de produtos e aquisição insumos).

A malha vicinal dos municípios é bastante ampla, entretanto as suas condições de tráfego são bastante problemáticas, sobretudo devido ao elevado índice pluviométrico existente na região, em sua maioria a locação dessas estradas ocorreu de forma desordenada seguindo-se trilhas antigas, sem estudos técnicos, o que possibilitou a existência de diversos aclives, que impossibilitam o tráfego no período chuvoso por derrapagem, estas ainda provocam grande valetas que dificultam o tráfego mesmo após o período chuvoso, entretanto os erros ocorridos nas reformas repetem ou agravam tais

condições que criam limitações ou até mesmo impedimento do escoamento da produção de algumas culturas, provocando perdas significativas aos agricultores, que muitas optam por cultivos menos lucrativos mas que não sejam perecíveis.

ENERGIA

O processo de eletrificação está sendo ampliado com o programa Luz para Todos, entretanto a zona rural dos municípios que compõe o território ainda são muito carentes de energia com cobertura inferior a 60% sessenta por cento em muitos casos, tal situação impede a implantação de unidades de processamento, e outras estruturas de lazer, fortalecendo o êxodo rural.

ESCOLAS

Oferta da Educação nas zonas urbana e rural

“A Lei 9.394/96 é clara quando determina que a oferta educacional deve contemplar a todos. Um desafio se mostra a partir desta questão: como atender, com igualdade, as populações que residem na área urbana e na zona rural? O local de moradia da população a ser assistida pode dificultar o gerenciamento da oferta educacional. De imediato, certas questões que causam impacto na administração do sistema de ensino no Baixo Sul, especialmente na esfera municipal, são levantadas:

Transportar o professor vs. transportar o aluno; escolher o meio de transporte para atender a uma região tão rica em águas; negociar com os transportadores vs. manter frota própria; concentrar determinados níveis de ensino na sede municipal vs. Manter os níveis de ensino em todas as áreas, rurais e urbanas; conseguir comunicação e supervisão das unidades escolares distantes vs. incentivar parceria dessas unidades com as comunidades locais; definir merenda escolar centralizada vs. merenda escolar descentralizada, entre outras. (Conhecendo o Baixo Sul - 2002)

Para garantir o atendimento, os municípios optaram, no Ensino Infantil e no Ensino Fundamental, por manter escolas tanto na área urbana quanto na rural.

Para o Ensino Médio, como acontece em outras regiões da Bahia, as escolas concentram-se na zona urbana, criando graves problemas de evasão de força de trabalho e custos de transporte de alunos.

A um avançado processo de municipalização do Ensino Infantil e do Ensino Fundamental, especialmente na zona rural ficando ainda o Ensino Médio sob a responsabilidade do Governo do Estado.

ABRANGÊNCIA DA COBERTURA ESCOLAR

Um dos pilares da reforma da educação é a universalização do acesso, discutida pela Declaração de Jomtien e disposta na LDB. A abrangência da cobertura escolar é verificada principalmente por meio da taxa de atendimento, complementada pelas taxas de escolarização líquida e de escolarização bruta, que trazem outras informações sobre a relação entre as populações atendidas e os diversos níveis de ensino.

A **taxa de atendimento** pretende responder à seguinte pergunta: quantas pessoas de uma determinada faixa etária estão na escola, independentemente da série? Para o cálculo dessa taxa, observa-se a relação entre o total das matrículas de cada faixa etária, em quaisquer níveis de ensino, e a população dessa faixa etária que indicam que a quase totalidade de suas populações, na faixa de 7 a 14 anos, está na escola.

A **taxa de escolarização líquida** relaciona o número de alunos de uma determinada faixa etária cursando o nível de ensino esperado para a mesma faixa. Há uma tendência de aproximação entre as taxas de atendimento e de escolarização líquida para o Ensino Fundamental, uma vez que os alunos de 07 a 14 estão nesse nível de ensino. Entretanto, a defasagem idade-série resulta em taxas muito menos positivas para o Ensino Médio. Embora alunos de 15 a 17 anos estejam na escola, não estão freqüentando o Ensino Médio, a maioria dos municípios apresentam taxas bem inferiores às do estado.

A situação das escolas públicas no Baixo Sul, em 2001. Segundo dados do INEP, das escolas que trabalharam com Ensino Infantil; dessas, mais de 95%

tinham água e menos de 81% possuíam esgoto. Aproximadamente, 30% não ofereciam energia elétrica. Nenhuma escola informou ter vídeo, tv ou acesso à internet; muito poucas ainda possuem biblioteca e quadra de esportes.

Para o Ensino Fundamental, de 1a a 4a série, o número de escolas aumenta consideravelmente, quando comparado com o das escolas que ofereciam Ensino Infantil. Das escolas que ofereciam da 1a a 4a séries, 96,5% tinham água, mas menos de 76% contavam com esgoto e pouco mais da metade, com energia elétrica. Nenhuma dessas escolas informou ter vídeo/TV ou acesso à internet, com exceção de quatro unidades em Valença. Embora exista uma correlação positiva entre o acesso à biblioteca e o desempenho de alunos, especialmente na disciplina Português, poucas escolas apresentam esse equipamento. Em relação a outras instalações, como laboratório de informática, laboratório de ciências e quadra de esportes poucas escolas dispõem e essas concentram-se basicamente na zona urbana.

Das escolas de 5a a 8a série, aproximadamente 74% tinham água e energia elétrica e 79%, esgoto. Apenas quatro escolas tinham laboratório de ciências e cinco possuíam laboratório de informática; quase um terço das 62 unidades ofereciam biblioteca e/ou quadra de esportes.

No Ensino Médio é oferecido unidades escolares, todas com água, luz e esgoto. Em 2001, apenas 35% dessas escolas contavam com biblioteca e 30% com quadra de esportes. Registravam-se menos laboratórios para o Ensino Médio (três unidades: dois de ciências e um de informática) do que para o Ensino Fundamental de 5a a 8a série (nove unidades), o que também merece uma verificação. Apenas em Valença havia escolas que contavam com acesso à internet, mas nenhuma referia vídeo ou TV. A orientação dada pelo Governo do Estado da Bahia, em suas portarias para a matrícula da Rede Estadual, pede respeito ao limite máximo de alunos por sala. Para as 1a e 2a séries/ Ensino Fundamental, esse limite é de 30 alunos por turma; para as 3^a e 4^a séries/Ensino Fundamental, 35 alunos/turma; para as séries de 5a a 8a, 40 alunos/turma; para a 1a a 3a série /Ensino Médio, o limite máximo a ser respeitado é 45 alunos/turma. As médias apresentadas estão dentro desse limite. Entretanto, médias podem esconder realidades. É possível que uma

escola esteja superlotada, em determinado município, enquanto outras estejam subutilizadas. Uma pesquisa nesse sentido seria interessante para o aprofundamento do perfil do Baixo Sul, uma vez que superlotação em salas de aula tem, de modo geral, um impacto negativo no desempenho dos alunos. Esse estudo poderia indicar um reordenamento no Sistema Educacional Municipal, com otimização dos recursos humanos.

Em relação ao número de horas mínimo para o aluno na escola, a LDB, em seu Art. 24, diz que a educação básica, nos níveis fundamental e médio, deve ser organizada de acordo com regras comuns, determinando que a carga horária mínima anual deve ser de 800 horas, distribuídas por um mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

EFICIÊNCIA DOS SISTEMAS EDUCACIONAIS NO BAIXO SUL

Contempladas a abrangência do sistema educacional e as condições da oferta e de atendimento, um quarto aspecto, muito importante, trata da eficiência²⁵ do sistema de ensino no Baixo Sul, que pode ser observada por meio de taxas de aprovação, reprovação e evasão, além de pela taxa de distorção idade-série apresentada anteriormente.

A seguir, apresentam essas três taxas para os municípios do Baixo Sul, divulgadas pelo MEC/INEP em 2001, além das médias da Microrregião, do Estado e do país, embora uma comparação entre elas deva ser feita com cautela, dado que as realidades divergem.

Para o Ensino Fundamental, de 1a a 4a série, o Baixo Sul teve uma taxa de aprovação geral superior à estadual, ainda que bem abaixo da taxa média nacional. Sua taxa de reprovação foi superior à estadual e a taxa de abandono, inferior. Reprovação e abandono, juntos, dão uma idéia do quanto é perdido nos sistemas educacionais. Em 2002, o Baixo Sul perdeu 35,06% dos recursos aplicados no ensino, devido à reprovação e ao abandono. Para o segmento de 5a a 8a série do Ensino Fundamental, a situação do Baixo Sul acompanhou o

mesmo comportamento identificado no nível de 1a a 4a série. Embora a taxa de aprovação tenha sido superior à do Estado, foi bastante inferior à média nacional. A taxa de reprovação foi ligeiramente superior ao índice de abandono, ao contrário do que aconteceu tanto na Bahia como no Brasil. Para esse nível de ensino, somadas as taxas de abandono e reprovação, temos um desperdício superior a 30%. Para o grupo dos municípios do Baixo Sul, Piraí do Norte chama a atenção por ter tido uma taxa de abandono igual a zero. Em relação ao Ensino Médio, o comportamento do Baixo Sul foi bem superior ao do Estado como um todo. Enquanto a Bahia teve uma taxa média de aprovação de 69,1%, o Baixo Sul apresentou um percentual de 79,19%.

COMUNICAÇÃO

O processo de comunicação é deficitário fato mais agravado nos municípios cortados pela BR 101, uma vez que a cobertura de celular é muito deficiente na região, nos municípios do litoral boa parte da zona rural já é coberta por sinal, a telefonia fixa também não atende a todas as áreas criando lacunas em algumas regiões. A deficiência de comunicação ágio é fator dificultador para a organização da produção, uma vez que a informação deverá ocorrer em tempo real, possibilitando a toma da de decisões.

Na articulação territorial a comunicação se apresenta como um desafio e grande necessidade, devendo ser umas das prioridades de investimento para o colegiado.

ARMAZENAGEM

Os agricultores familiares do Baixo Sul não dispõem de unidades de armazenamento da sua produção sendo obrigados a vendê-la logo após a colheita, aliado a outros fatores essa situação deprime preços e reduz a renda da agricultura familiar. Diante desta situação já vem se pensando em modelos econômicos alternativos.

INFRA-ESTRUTURA E COMERCIALIZAÇÃO

Com relação às estruturas de comercialização para os produtos da agricultura familiar os municípios na sua maioria dispõem de Feiras do Produtor, espaços geralmente cobertos onde podem se expor os produtos, entretanto não existe qualquer ordenamento da utilização desses espaços que via de regra são ocupados por atravessadores ou comerciantes diversos, ficando o produtor rural à margem, geralmente este expõe seus produtos na própria calçada, fora da cobertura sem imprimir qualidade ao seu produto.

CULTURA E LAZER

A zona rural está quase que completamente desprovida de espaços que privilegiem a cultura, o esporte e o lazer com impacto direto na manutenção das manifestações culturais e na permanência do jovem no campo, fato que vem desestruturando lentamente as comunidades e reduzindo a força de trabalho e criativa no campo.

ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Quanto às políticas públicas, o território encontra-se engajado em articulações de diversos níveis, buscando sempre novos agentes sociais e parceiros para a avançar na articulação. Dentre as linhas de ação já levantadas nas diversas discussões e oficinas, algumas articulações importantes já estão em andamento, como; o PAA/CONAB que já contratou através de CPRs mais de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil reais) para a compra antecipada com doação simultânea, promovendo uma mudança importante no que diz respeito a segurança alimentar e produção de alimentos. Visto que, tradicionalmente a agricultura familiar do Baixo Sul, mesmo sendo bastante diversificada, foca a sua produção agrícola em culturas perenes sazonais e dependentes das tendências do mercado, tornando-os, na maior parte das vezes, vulneráveis quando no ato da comercialização dos seus produtos. Os atravessadores ditam os preços, que invariavelmente não cobrem os custos de produção. Assim sendo, com a introdução de culturas de ciclo curto (via PAA) no seu sistema

produtivo, a agricultura familiar além de intensificar a sua produção, está iniciando a quebra de um importante paradigma.

O Território vem mantendo com a Petrobrás diálogos sobre o Programa Biodiesel a partir do azeite de dendê. Estão sendo realizados estudos baseando-se em trabalhos preliminares, que devem ser dialogados com o colegiado, a fim de nortear propostas para o trabalho, respeitando os princípios e matriz tecnológica discutida e proposta pelo território.

O colegiado tem participado através de representantes eleitos pelo colegiado do Conselho de Acompanhamento do Plano Plurianual do Governo do Estado (CAPPA-BA). É membro do recém-criado Conselho de Desenvolvimento Territorial (CEDETER) do estado da Bahia, através de um dos membros de seu núcleo executivo eleito pela Coordenação Estadual dos Territórios (CET-BA).

Tem acompanhado o programa Territórios de Cidadania, dialogando com o mesmo principalmente a partir da SDT/MDA.

Participa dos diversos conselhos municipais e outros espaços de representação, gestão social e articulação sempre representado por lideranças e entidades determinadas pelo coletivo, com a tarefa de ser porta vozes de acúmulos e decisões coletivas devolvendo sempre para o colegiado os resultados e encaminhamentos deliberados.



4. VISÃO DE FUTURO

Consolidar o desenvolvimento sustentável com base em princípios agroecológicos, garantia da manutenção e recuperação dos recursos naturais locais, soberania e segurança alimentar e nutricional, direitos sociais básicos, construção de capacidades dos agentes sociais para o protagonismo, autonomia, diálogo e acesso a políticas públicas que promovam a melhoria nas condições de vida de toda a população do Território Baixo Sul. Um território que respeite e fomente suas diversidades culturais, tornando-as um diferencial forte de alternativa de desenvolvimento com inclusão social e promoção das oportunidades nos meios rural e urbano.

5. VALORES E PRINCÍPIOS

1. Desenvolvimento a partir da sustentabilidade.
2. Respeito à diversidade.
3. Inclusão étnico-racial.
4. Gestão participativa.
5. Protagonismo e participação popular.
6. Fortalecimento da cadeia produtiva da pesca.
7. Garantia de desenvolvimento local ecologicamente correto e igualitário.
8. Rede de organização do colegiado fortalecida.
9. Espaço democrático de construção para consolidação das políticas públicas territoriais.
10. Associativismo Solidário.
11. Articulação de políticas públicas nas 03 esferas federais.
12. Gestão e planejamento do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável Integrado.

6. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- 1.** Território em franco processo de transição dos sistemas produtivos para a construção da sustentabilidade através de princípios agroecológicos.
- 2.** Consolidar o processo de desenvolvimento com base no respeito ao meio ambiente, através da recuperação e conservação dos recursos naturais.
- 3.** Sistema de ATER e ATES, construído para o território respeitando e incorporando os conhecimentos acumulados pela Agricultura Familiar, tendo como base os princípios da agroecologia.
- 4.** Garantida a soberania e segurança alimentar e nutricional da população do Baixo Sul, inclusive como determinante para a promoção da saúde.
- 5.** Sistemas rodoviários e fluviais adequados para atender as demandas viárias do território.
- 6.** Garantido o acesso a infra-estrutura, saneamento e habitação à população do território.
- 7.** Processos de comercialização consolidados, com produtos de boa qualidade sendo comercializados em diferentes espaços.
- 8.** Promover a reestruturação agrária do território.
- 9.** Associativismo fortalecido e disseminado, com sistemas de gestão e auto-gestão exercitados pelos agentes sociais e suas organizações no território.
- 10.** Segmento de pesca e aquicultura reconhecido e consolidado com programas e projetos desenvolvidos e implementados pela e para as comunidades pesqueiras e quilombolas.
- 11.** Reduzir drasticamente o analfabetismo para no mínimo 10%.
- 12.** Garantidas nas escolas acesso, segurança, transportes de qualidades, saneamento básico, água e rede de esgoto, merenda escolar com qualidade e regularidade e condições básicas e dignas para os professores.
- 13.** Segmento quilombola organizado, reconhecido e acessando políticas públicas.

- 14.** Mulheres e jovens organizados e com seus direitos sociais garantidos, contribuindo com a equidade nas relações de gênero e geração no território.
- 15.** Cultura em todas suas expressões, valorizada e assumida pelo território.
- 16.** Saúde curativa de doenças laborais e preventiva especialmente para as comunidades mais carentes.
- 17.** Construídas alternativas de turismo ecológico, solidário e inclusivo no Território Baixo Sul.



7. EIXOS

ORGANIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA PRODUÇÃO

O eixo organização sustentável da produção, foi o qual ao longo da caminhada do colegiado mais avançou em termos de participação, discussões e construção de propostas coletivas, passando, a partir da recomposição do colegiado em 2009, a aglutinar os eixos matriz tecnológica, reestruturação agrária, comercialização, associativismo e cooperativismo.

O Território Baixo Sul da Bahia composto ainda por grandes fragmentos de mata atlântica tem como característica sistemas produtivos bastante diversificados, quase sempre combinados com espécies arbóreas, na forma de consórcios. Esta configuração dos sistemas produtivos, expressa por uma diversidade de desenhos, reafirma o potencial regional para o desenvolvimento de sistemas diversificados e manutenção e ampliação da cobertura vegetal. Na medida em que estes sistemas se viabilizam economicamente, assim como asseguram a segurança alimentar e nutricional das famílias, se consolidam como uma alternativa viável de proteção ambiental e de sustentabilidade na produção e manejo dos agroecossistemas locais.

A constituição destes consórcios obedeceu à atuação espontânea dos agricultores, que exerceram a função de verdadeiros experimentadores, introduzindo cultivos e buscando novas combinações, até resultar na grande diversidade que se observa atualmente. Estes sistemas fazem com que a região seja, no Estado da Bahia, a principal produtora de cacau, seringa, piaçava, dendê, pimenta-jamaica, cravo, guaraná, pimenta-do-reino, cupuaçu, e outras fruteiras como banana, graviola, acerola e rambutão, entre outras. Grande parte dessa diversidade encontra-se em propriedades dos agricultores familiares, que ocupam a menor porção das terras do Baixo Sul. Mesmo em pequenas áreas, a agricultura familiar vem mantendo a diversidade biológica e cultural do Baixo Sul da Bahia.

No entanto, a tradição de cultivos diversificados, dos consórcios e do plantio de árvores com múltiplas funções nos sistemas produtivos familiares vem sendo ameaçada nas últimas décadas. Com a chegada do processo de modernização da agricultura na região, alicerçados pelo crédito e pela ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) oficial, os sistemas diversificados vêm sendo substituídos pelos monocultivos acompanhados de um pacote de insumos agroquímicos. Esta inversão nos sistemas produtivos tem provocado o desmatamento, uma perda crescente da biodiversidade, o desgaste dos solos, a contaminação dos rios, e tem levado ao endividamento de centenas de agricultores familiares da região. Na cultura do cacau, por exemplo, o novo modelo de produção é baseado na derruba total da mata, seguido do plantio de banana e leguminosas lenhosas (eritrina) como árvores de sombra para o cacau. Este modelo levou a utilização indiscriminada de agroquímicos, intensificou-se a prática das queimadas e derrubadas de florestas, levando a extinção de diversas espécies nativas da fauna e flora.

Estes fatos apontam para os altos custos ecológicos e sociais embutidos no modelo de modernização agrícola implantado. Além das consequências sociais, com o aumento da miséria e do êxodo rural, este quadro tem provocado uma pressão maior da população sobre os recursos naturais como meio de sobrevivência.



Neste contexto, o colegiado estabeleceu como diretrizes para a organização sustentável da produção a valorização da diversidade dos sistemas produtivos a partir da transição para agroecologia; investimento na produção de alimentos que garantam a soberania e segurança alimentar e nutricional

da população; valorização dos acúmulos e saberes locais; construção de conhecimentos participativa a partir do diálogo entre as experiências dos agricultores familiares, pescadores e suas organizações com as entidades de

assistência técnica; investimento na qualificação e protagonismo para o fortalecimento organizativo da sociedade civil e o estabelecimento de uma dinâmica regional que favoreça a disseminação das experiências que venham a se constituir em referências para as políticas públicas direcionadas à população do Território.

A demanda de produção de alimentos e preocupação com a segurança alimentar das famílias tem sido crescente no território na contra-mão do modelo de desenvolvimento estabelecido na região que costuma induzir aos agricultores a priorização de investimentos voltados somente para atender a produção de culturas de mercado.



Em relação à comercialização a renda obtida a partir da venda dos produtos agrícolas é muito baixa. Os produtos originários da agricultura familiares, assentamentos e pesca estão sendo comercializados individualmente para os atravessadores locais, sem nenhuma classificação ou diferenciação de preço em função da qualidade do produto.

Vários fatores contribuem para a desvalorização dos produtos provenientes da agricultura familiar como; mercadorias fora de padrão, beneficiamento da produção feito em estruturas privadas de alto custo, com baixa qualidade de transformação e rendimento, e deficiências no processo de gestão das organizações de agricultores familiares. Portanto faz-se necessário promover processos de formação voltados para a verticalização da produção, no sentido

de ampliar a capacidade de agregação de valor aos produtos da agricultura familiar.

Neste sentido foi estabelecido pelo colegiado a prioridade de viabilizar a verticalização da produção. O primeiro projeto encaminhado pelo colegiado para o PROINF foi o beneficiamento do guaraná e em seguida projetos que estabeleceram um sistema de beneficiamento de frutas com unidades de beneficiamento e central de embalagem e padronização, ambos voltados a contemplar todos os municípios do território.

Em relação a comercialização foi priorizado no território a organização, com destaque para as organizações da sociedade civil ligadas a agricultura familiar, para o acesso às políticas de abastecimento alimentar do governo federal, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e mais recentemente o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O acesso a estes programas pautou na região a possibilidade de um novo espaço de comercialização, via mercado institucional, animando os agricultores, pescadores e suas organizações e reforçando a estratégia de investir na produção de alimentos. Contribuindo com a garantia da SAN na região, fortalecimento da organização social, geração de renda, valorização da produção da agricultura familiar e pesca, diálogos entre o rural e o urbano e a possibilidade de novos arranjos institucionais.

A economia solidária também vem se colocando como um campo vasto de novas relações comerciais para os produtos da agricultura familiar, assentamentos de reforma agrária e pesca.

É essencial o fortalecimento das cooperativas, associações e organizações da agricultura familiar e pesca, tanto na capacitação para gestão de seus empreendimentos associativos com autonomia, como no apoio de infra-estruturas (equipamentos etc.), na implantação de novas tecnologias sustentáveis e no aporte de recursos para capital de giro que venham garantir a aquisição, estoque, volume e na qualidade da produção familiar com a regularidade que o mercado impõe.

ORGANIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA PRODUÇÃO			
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	AÇÕES	ATIVIDADES/PROJETOS
Promover a reestruturação agrária do território	Regularização fundiária	<p>Propor a descentralização da CDA criando unidade avançada no território bem como a sua autarquia.</p> <p>Buscar a demarcação das áreas remanescentes de quilombos no território.</p> <p>Propor e acompanhar arrecadação de terras através de uma ação discriminatória rural modular, somando-se esforços nacionais para definir um limite máximo de propriedade para o território</p> <p>Levantar junto aos órgãos responsáveis todos os dados possíveis acerca da situação fundiária dos municípios do Baixo Sul.</p> <p>atividades</p> <p>Propor e acompanhar a aplicação mais efetiva de ferramentas de reestruturação agrária tais como:</p> <p>Formação de RESEX</p> <p>Arrecadação de terras.</p> <p>Desapropriação.</p> <p>Crédito Fundiário. Adequar a realidade do programa no territórios (vai pra atividades)</p>	<p>.Acesso a política de financiamento para cultura de curto ciclo.</p> <p>.Implantação de unidades de produção de insumos para a agricultura familiar orgânica.</p> <p>.Desburocratização do crédito para aquisição de implementos agrícolas.</p> <p>.Aquisição de Transporte para fazer o escoamento da produção.</p> <p>.Garantia por parte do governo estadual e federal do Selo de Qualidade e/ou Certificação do produto.</p> <p>.Capacitação de servidores públicos municipais sobre execução e gestão de projetos e convênios em todo o território.</p> <p>.Capacitação de Conselheiros Municipais e Regionais</p> <p>. Construção de galpões nos municípios que facilitem a operação de programas como PAA/CONAB e PNAE.</p> <p>.Construção de feiras padronizadas para atender as demandas da agricultura familiar.</p> <p>.Construção de Unidades de beneficiamento e processamento de produtos agrícolas.</p>
Associativismo fortalecido e disseminado, com sistemas de gestão e auto-gestão exercitados pelos agentes sociais e suas	Associativismo	Qualificar as associações na gestão, produção incluindo o acesso a mercados institucionais (PAA, PNAE, etc), comercialização e formação de redes, ampliando seus objetivos e tornando-as mais	

<p>organizações no território.</p>	<p>Educação associativa;</p> <p>Casas digitais</p> <p>Cooperativismo</p> <p>independentes do poder público. Potencializar e divulgar de forma sistemática as experiências associativas exitosas do território, através de meios de comunicação, material de divulgação e intercâmbios, avaliando as não exitosas</p> <p>Buscar a implementação junto às escolas da zona rural, juntamente com as secretarias municipais de educação a introdução de disciplina e uma ação interdisciplinar transversal, tendo como base os princípios associativistas e cooperativistas.</p> <p>Viabilizar centros Digitais de Cidadania nos povoados nas comunidades com acesso a internet.</p> <p><u>COOPERATIVISMO</u></p> <p>Fortalecer as cooperativas que trabalhem prioritariamente com produção Familiar, com auto-gestão, e que visem sempre o grupo, a comunidade ou região, respeitando a diversidade da produção, efetivando assim à aplicação correta das políticas públicas existentes.</p> <p>Utilizar o planejamento participativo, na construção dos projetos coletivos.</p> <p>Propor uma análise participativa da atual situação das cooperativas da produção familiar, a fim de construir estratégias para seu fortalecimento e crescimento.</p> <p>Buscar o entendimento e nivelamento das ações entre as diversas entidades que atuam na área de capacitação, visando reduzir as divergências metodológicas.</p>	
------------------------------------	--	--

		Discutir uma política agrícola mais adequada ao processo cooperativista.	
--	--	--	--

EIXO MULHER

Identifica-se entre os atores sociais do território, desigualdades nas relações de gênero como também de geração, aonde mulheres e jovens tem tratamento diferenciado, tanto no que se refere a direitos, como oportunidades e investimentos. Nas famílias o trabalho de mulheres e jovens é geralmente desvalorizado e considerado como “ajuda” no campo produtivo, em espaços de articulação e organização coletiva participam com menor representação e influência, não compondo quadros de direção nem sendo protagonistas dos processos.

Conseqüentemente, as demandas das mulheres e dos jovens são colocadas em segundo plano em relação às demandas “gerais” e há um menor investimento e apoio à produção das mulheres e jovens que tem impactos na menor capacidade desses grupos gerarem excedentes e acessarem renda e direitos. Com menor renda e espaço estes grupos têm menos autonomia em relação ao “chefe de família” e nas tomadas de decisão familiares e coletivas, o que as deixa também mais vulneráveis.

Neste sentido as mulheres e entidades parceiras no colegiado territorial definiu na sua recomposição em 2009, constituir o eixo mulheres como um espaço estratégico para o desenvolvimento aonde se possa pensar, debater e planejar questões relativas às mulheres fortalecendo e empoderando as mesmas para contribuir com protagonismo no desenvolvimento territorial.

O eixo tem reunido mulheres e entidades parceiras do território contribuindo com a formação da Rede de Mulheres do Baixo Sul. Entre suas principais propostas estão pensadas ações no campo produtivo, de formação, fortalecimento organizativo, violência contra mulher, entre outras.

Em trabalhos de grupo as mulheres sintetizaram suas maiores dificuldades e caminhos para enfrentá-los de acordo com a síntese a seguir:

. Dificuldades: Falta de informações e encorajamento.

Como sanar: Realização de Oficinas e Seminários de Mulheres para que elas possam debater suas necessidades.

. Dificuldades: Falta de apoio às mulheres que sofrem agressões físicas e em geral.

Como sanar: Criar uma Casa de Apoio com mulheres preparadas e capacitadas para dar suporte a essas mulheres.

. Dificuldades: Falta de incentivo financeiro para que elas possam desenvolver sua criatividade.

Como sanar: Realizar Oficinas de Capacitação para Mulheres Rurais a fim de torná-las empreendedoras dos seus produtos.

. Dificuldades: Criação de organização de mulheres (e legalizar a mesma).

Como sanar: Articular as mulheres, organizar encontros, diálogos.

. Dificuldade: Violência contra a mulher.

Como sanar: Fazer valer a Lei Maria da Penha; Dar visibilidade ao problema da violência contra as mulheres no espaço público; Mobilizar e aglutinar o movimento de mulheres e instituições; Contribuir para que as mulheres em situação de violência começem a dar o primeiro passo para sair; Divulgar e cobrar dos serviços de atenção a mulher em situação de violência.



MULHERES			
OBJ ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	AÇÕES	ATIVIDADES/PROJETOS
Mulheres e jovens organizados e com seus direitos sociais garantidos, contribuindo com a equidade nas relações de gênero e geração no território	Capacitação em empreendedorismo PRONAF Mulher	<ul style="list-style-type: none"> -Implantação de centro territorial de saúde da mulher com estrutura técnica e profissional. - Capacitação profissionalizante visando a geração de emprego e renda. - Agricultura fortalecida por meios de acesso a programas de governo como PAA/CONAB e PNAE. - Criação de delegacias da mulher; -Criação de centros de saúde da mulher; -Ampliação de programas que garantam a geração de renda. -Agilidade no processo de acesso as políticas publicas voltadas para atender as mulheres agricultoras familiares, marisqueiras, quilombolas, etc. - Apoio técnico e organizativo para a produção orgânica e incentivos financeiros para implementação das atividades. -Casa de apoio mulheres vitimas de violência. -Dar visibilidade ao problema da violência contra as mulheres em espaços públicos. 	<ul style="list-style-type: none"> Acesso as documentações necessárias (RG, CPF, DAPs, CT outros) para as agricultoras familiares, quilombolas, marisqueiras. - Realizar oficinas e seminários de Mulheres para que as mesmas possam debater suas necessidades. - Criar uma Casa de Apoio com mulheres preparadas e capacitadas para dar suporte a outras mulheres. - Divulgar as ações direcionadas as mulheres; Criação de organização de mulheres legalizada - Fazer valer a Lei Maria da Penha. - Ampliar o número de agricultoras, marisqueiras e quilombolas na comercialização da produção por meio de (cooperativas, PAA e PNAE). - Realizar vigílias em espaços públicos e em horário de grande transito de pessoas. Pode ser na estação de ônibus, na feira. -Fortalecer a Rede de mulheres do Baixo Sul através da valorização das organizações existentes do território. -Elaborar e executar projetos e convênios com finalidade de proporcionar a independência e o desenvolvimento sustentável.

Eixo JUVENTUDE

Assim como em relação as mulheres as questões de geração também estão colocadas como um desafio para o território. Os jovens também tem tratamento diferenciado, tanto no que se refere a direitos, como oportunidades e investimentos. Nas famílias o trabalho da juventude é assim como o das mulheres desvalorizado e considerado como “ajuda” sem poder de decisões e sem direito a partilha dos bens conquistados também através de seu trabalho. Sendo os desejos e demandas da juventude colocados em segundo plano em relação às demandas “gerais”. Sem geração de renda e espaço estes grupos têm menos autonomia em relação ao “chefe de família” e nas tomadas de decisão familiares e coletivas, o que as deixa também mais vulneráveis e muitas vezes sem alternativas e perspectivas. O que no caso da juventude rural acaba os estimulando a quererem sair do campo em busca de qualquer oportunidade de emprego na maioria dos casos sub-empregos.

Neste contexto a juventude do território vem se organizando, e com a parceria de algumas entidades feito trabalho de mobilização, organização, formação e participação em espaços de articulação e trocas de experiências, principalmente com a juventude do campo.

As demandas e necessidades apresentadas neste eixo foram frutos de diversas momentos de reflexões em reuniões, oficinas, plenárias e encontros realizados no território, com o objetivo de implantar um processo articulado e de permanente debates e trocas. O grande desafio territorial para juventude é integrar e articular uma estratégia de construção e acesso as políticas públicas dentro do espaço territorial.

A principal demanda apontada pela juventude é relativa as suas necessidades como; geração de trabalho e renda, cultura, participação social, acesso ao crédito e a educação de qualidade.

Eixo JUVENTUDE			
OBJ ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	AÇÕES	PROJETOS
Mulheres e jovens organizados e com seus direitos sociais garantidos, contribuindo com a equidade nas relações de gênero e geração no território	Programa Brasil Jovem Inclusão digital ATER Jovem (Pronaf; PNCF,etc)	<ul style="list-style-type: none"> - Formar o Conselho da Juventude do Território. - Trabalhar junto com os Agentes de Saúde para a promoção de atividades que envolvam tema como sexualidade e outros. - Desenvolver e apoiar atividades geradoras de renda para a juventude. - Viabilizar cursos profissionalizantes focados na demanda e potencial do local. - Inclusão Digital através dos CDCs - Centro Digital de Cidadania. - Promover Projetos Culturais Educacionais, oficinas de estímulo à juventude, através dos Pontos de Cultura. - Comprometimento das entidades nas esferas Municipal, Estadual e Federal na disseminação dos programas e projetos de assistência técnica para a juventude. - Realizar e acompanhar ATER a Associações de Jovens para acessar as Políticas Públicas voltadas à juventude, tais como PRONAF Jovem, PNCF, etc. - Requalificação dos cursos da UNEB campus 15 e implantação de novos cursos. - Implantação do campus UFRB. - Construção e execução do plano político pedagógico territorial enfatizando as realidades (urbano, rural e litorâneo). - Deliberar quanto aos projetos e programas governamentais (estatais e federais) que venham a ser executados nos municípios do território. - Construir centro de recuperação territorial para 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar representantes por Eixos para mobilização. - Sensibilizar a juventude para inserção em espaços de articulação como Conselhos, (saúde, educação, etc.), etc. - Incentivar as organizações pertencentes no Território Baixo Sul para elaboração e encaminhamentos de Projetos da Juventude. - Articulação com os Movimentos Negros para trabalhar com os jovens da Zona Rural e Urbana a questão da Identidade e outros temas. - Elaborar projetos pontos de cultura - Organizar palestras e Cursos Profissionalizantes aos jovens e adolescentes. - Que a juventude seja sensibilizada e atuante no conceito e na construção de políticas públicas territoriais. - Que nas festas comemorativas municipais tenha um espaço para apresentações culturais, onde os jovens sejam protagonistas de suas próprias culturas.

		<p>dependentes químicos, com apoio educacional e psicológico no processo de recomposição dos jovens viciados.</p> <ul style="list-style-type: none">- Maior acessibilidade e a desburocratização ao acesso das linhas de créditos para a juventude.- Ampliação do Programa Pro jovem nos municípios.- Participação efetiva da juventude nos espaços de controle social nos municípios.	
--	--	--	--

PESCA E AQÜICULTURA

O eixo de pesca e aqüicultura, ancorado nos princípios assumidos pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, que preconiza a Política Territorial de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura - como parte do Plano Mais Pesca e Aquicultura - que busca o fortalecimento da gestão social da pesca e aqüicultura com a participação dos pescadores e aquicultores, o fortalecimento e ampliação das redes de cooperação entre suas organizações, o fortalecimento da dinâmica socioeconômica de seus empreendimentos, a gestão compartilhada dos recursos pesqueiros e a articulação qualificada das políticas públicas de âmbito federal, estadual e municipal que incidem no território e, prioritariamente, na vida dos pescadores e aquicultores.

Esse processo deverá contribuir para que o setor pesqueiro e de aqüicultura, no âmbito de territórios, se integre no projeto de desenvolvimento sustentável do Brasil e dos brasileiros, aproveitando assim a imensa oportunidade que o Governo Lula oferece como também outros governos da América Latina, valorizando e promovendo a participação da sociedade.

Em termos concretos, o aprofundamento desse eixo busca o desenvolvimento social e territorial, a partir da inclusão social, facilitada pela ampliação da produção, a agregação de valor, a comercialização e o consumo dos produtos oriundos da Aquicultura e Pesca, utilizando práticas sustentáveis que se desdobrem, a partir de uma visão sistêmica, considerando a dimensão ambiental, político-institucional, cultural e socioeconômica dos atores envolvidos num determinado território.

Apoiar a organização dos pescadores e aquicultores de um território, definindo de forma participativa uma visão de futuro e propostas estratégicas de melhoria de renda e qualidade de vida, promover a autogestão de empreendimentos e institucionalidades, sua inserção, integração e cooperação com outros públicos e políticas, como é o caso da articulação com a agricultura familiar e públicos rurais, com redes nacionais de cooperação, é uma tarefa grandiosa e exequível desde que se trabalhe com processos de planificação participativa que em poderem os atores locais. É também importante lembrar que se trata de um trabalho pedagógico, que parte dos saberes e experiências acumuladas nos territórios por pescadores e

aquicultores e dialoga construtivamente com a sociedade, o governo e os saberes e tecnologias desenvolvidos pelas instituições de excelência, buscando cada vez mais encontrar maneiras de *superar* os entraves ou limites (pobreza, analfabetismo, insegurança alimentar e nutricional, qualidade de moradia, violência, dentre outros) nunca antes enfrentados por modelos de desenvolvimento tradicionais, orientados de forma prioritária pela lógica do mercado.



EIXO PESCA E AQUICULTURA			
OBJ ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	AÇÕES	ATIVIDADES/PROJETOS
Segmento de pesca e aquicultura reconhecido e consolidado com programas e projetos desenvolvidos e implementados pela e para as comunidades pesqueiras e quilombolas;	<p>Renovação da frota</p> <p>Capacitação de pescadores artesanais em: gestão, colheita, beneficiamento, transporte e armazenamento</p> <p>Gestão compartilhada dos recursos pesqueiros.</p> <p>ATER pesqueira e aquícola.</p> <p>Pesquisas adaptadas.</p>	<p>- Reestruturação das unidades de beneficiamento existentes na região dotando-as de infra-estrutura e equipamentos que permitam a obtenção de selo de inspeção federal e qualidade para a venda em grande mercados e exportação.</p> <p>-Adquirir estruturas logísticas para o escoamento da produção.</p> <p>- Adquirir equipamentos e estruturas para a modernização da pesca artesanal.</p> <p>- Apoiar as entidades dos pescadores e promover condições para a criação de organizações associativas e cooperativas.</p>	<p>- Levantar sistematicamente a situação dos estuários com imagens multiespectrais de satélites, para constituição de mapa temático da cobertura vegetal e evolução do processo de degradação.</p> <p>- Capacitação para os pescadores, aquicultores e marisqueiras com foco na realidade local</p> <p>- Construção de barcos naval cultural;</p> <p>-Ter em cada município do território estatística da atividade de pesca e mariscagem com o máximo de precisão.</p>

	<ul style="list-style-type: none">- Criação de unidade e escritório Territorial da Bahia Pesca.- Incorporar as ações junto aos fóruns de discussão sobre a pesca e aqüicultura visando legitimar fortalecer e consolidar as reivindicações da categoria.-Combater a pesca predatória através de parcerias e convênios entre as comunidades e o poder público.- Fomentar a gestão compartilhada dos recursos pesqueiros, fortalecendo o CIPAR no Baixo Sul instituindo o Comitê Gestor da Pesca e Aqüicultura do Baixo Sul da Bahia, (COMGEPA) com caráter consultivo sobre as políticas para o setor.- Criar um Fundo Especial para Apoio à Pesca Artesanal e Aqüicultura Familiar, tendo como principais financiadores	
--	---	--

	<p>percentual dos impostos sobre a exportação de recursos pesqueiros e royalty do petróleo e gás.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Propor a criação um serviço público de assistência técnica (extensão pesqueira) adequado às necessidades sócio-culturais das comunidades pesqueiras, com técnicos capacitados e com condições de estimular o desenvolvimento local integrado e sustentável das comunidades. - Fomentar o cultivo de espécies nativas como ostras, algas, sururus, peixes em potencias. - Garantir o direito de uso de áreas potencialmente propícias ao cultivo de espécies marinha nas comunidades litorâneas (representativas da classe pesqueiras e aquicola, por meio de entidades afins. 	
--	---	--

	<ul style="list-style-type: none">- Garantir o estudo de viabilidade econômica, social e ecológica a utilização de organismos modificados por técnicas de engenharia genética. Apoiar o estabelecimento de medidas internacionais estritas de biosegurança.- Apoio logístico na organização e participação da classe pesqueira.- Execução dos projetos aprovados, pré-aprovados e discutidos pelo eixo pesca e aquicultura e CIPAR.- Garantia de recursos financeiros para apoio as reuniões de trabalho dos eixos.- Acesso dos pescadores no programa de habitação e saneamento básico.- Garantia de recursos para a qualificação de dirigentes das entidades representativa da	
--	---	--

	<p>classe pesqueira na área de gestão de projetos e convênios.</p> <p>-Substituição das embarcações com tração motorizada, respeitando a capacidade ambiental local (canoas).</p> <p>- Garantir o trajeto marinho nas áreas de acesso dos pescadores.</p> <p>- Garantir o caminho servirão.</p> <p>-Agilidade no processo de liberação do seguro defeso para os pescadores,</p> <p>- Aquisição de ambulancha.</p>	
--	--	--

Eixo QUILOMBOLA

O território Baixo Sul poderia se dizer ser um território quilombola, possuindo comunidades remanescentes de quilombos em todos os seus municípios e cultura fortemente marcada por suas raízes africanas. No decorrer da caminhada da implementação das políticas territoriais houve um avanço significante no que diz respeito a participação dos representantes destas comunidades nos espaços de discussões e tomadas de decisões no território e em outros espaços de articulação, tendo como uma das principais conquistas a criação de Conselho Territorial de Quilombolas do Baixo Sul.

Com a inserção do Baixo Sul no programa Territórios da Cidadania, começa a acontecer a convergência de políticas públicas, programas, projetos e ações do governo federal na região. A tendência dos municípios (organizados na AMUBS - Associação dos Municípios do Baixo Sul da Bahia) é de garantir rapidamente os recursos desses programas e ações governamentais, o que muitas vezes “atropela” a organização da sociedade civil e, muito particularmente, as comunidades. Neste momento, em que as decisões têm que ser tomadas e que as políticas serão implementadas, é fundamental que as comunidades quilombolas possam exercer de forma qualificada o controle social nos seus municípios. Para isso, é preciso que essas comunidades estejam informadas e, mais que isso, preparadas para dialogar com as políticas públicas e com outros agentes de desenvolvimento da região.

Neste sentido as comunidades quilombolas e entidades parceiras a exemplo dos STR's, SASOP, AACAF, Terraguá, entre outras vem investindo em processos de capacitação em direitos (territoriais, sociais, econômicos, ambientais, culturais, religiosos, reprodutivos) com essas comunidades. Sendo enfatizada a questão da identidade quilombola e, iniciado um trabalho de formação em identidade racial e de gênero.

Os desafios no trabalho são muitos, além do reconhecimento a pertença da identidade quilombola, acesso e regularização da terra, garantia de acesso às políticas públicas quilombolas e direitos como habitação, água, energia,

estradas, alimentação, educação e saúde de qualidade são prioridades para o trabalho.

Das 101 comunidades quilombolas somente 67 tem a certificação e as discussões internas nas comunidades precisam ser ainda mais aprofundadas para chegar em entendimentos coletivos e consensos. Entretanto, as lideranças estão em constante diálogo, formação e articulação buscando a melhoria da qualidade de vida das famílias, realizando constantemente, seminários, reuniões, intercâmbios, organizando suas atividades produtivas e investindo no resgate de sua cultura.



Eixo QUILOMBOLA			
Obj Estratégicos	Programas	AÇÕES	PROJETOS
Segmento quilombola reconhecido e acessando políticas públicas.	Brasil Quilombola PETI PBF ATER PLPT	<p>-Re-significar e fortalecer as manifestações culturais das comunidades quilombolas;</p> <p>- Reformar e construir pontes e estradas vicinais de acessos aos quilombos;</p> <p>- Demarcação e titulação das comunidades remanescentes de Quilombos priorizando comunidades em situação de risco e conflitos;</p> <p>- Implantação do Ensino médio nas comunidades rurais, evitando grandes deslocamentos principalmente nos assentamentos e comunidades remanescentes quilombolas.</p> <p>- Promover e facilitar o acesso a Projetos de habitação;</p> <p>- Construção e reestruturação dos postos de saúde, assegurando a aquisição de equipamentos essenciais, bem como especialistas que tratem de doenças</p>	<p>Mapeamento o patrimônio cultural material, imaterial e natural das comunidades quilombolas;</p> <p>Implementação de escolas quilombolas, nas séries iniciais e finais do ensino fundamental;</p> <p>Bibliotecas Comunitárias para as comunidades rurais entre elas quilombolas e assentamentos;</p> <p>- Construção de quadras poliesportivas;</p> <p>Acesso a Laboratórios de informática Comunitários;</p> <p>- Buscar a implementação de rádios comunitárias nas comunidades quilombolas;</p> <p>- Criação de projetos de promoção de emprego e renda;</p>

	<p>específicas da população negra;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ampliar a implantação de projetos de abastecimento de água e saneamento básico nas comunidades quilombolas; - Aquisição de veículos e equipamentos agrícolas para as comunidades quilombolas; - Otimizar os processos de titulação das terras quilombolas; - Facilitar o acesso ao crédito rural; - Fortalecer a comercialização dos produtos agrícolas e da pesca, oriundos das comunidades quilombolas; - Execução e complementação de eletrificação rural; - Inserção do conselho territorial Quilombola no Núcleo Executivo do Território de Cidadania; - Assegurar a implementação de escolas quilombolas, nas séries iniciais e finais do ensino fundamental; 	<ul style="list-style-type: none"> - Assistência na organização e elaboração de projetos; Instalar infocentro/telecentros e ou centros multiusos; juntar Instalação de telefones públicos e ampliação de sinal de telefonia celular; Apoio na construção/reforma e aquisição de equipamentos das sedes das associações; Construção e reestruturação dos postos de saúde;
--	---	---

Eixo CULTURA, ESPORTE E LAZER

O Território Baixo Sul se caracteriza culturalmente pela sua forte expressão cultural ligada a sua raiz africana, o que pode explicar em muitos casos a desvalorização de sua cultura.

O eixo de cultura esporte e lazer tem se fortalecido e avançado a partir da ação articulada com a secretaria de cultura do estado que tem estimulado a discussão e fomentado a priorização do trabalho voltado para a valorização da cultura do território.

Em reuniões e oficinas construídas pela secretaria de cultura e organizações sociais no processo de construção do plano de cultura do Baixo Sul, foram levantados e debatidos diversos temas, construídas metas e perspectivas com a participação de atores da sociedade civil e poder público, estabelecendo diálogos, trocando e fortalecendo o colegiado.

Sendo formuladas as seguintes propostas:

Autonomia política e econômica da Cultura.

- Criação de Secretaria de Cultura exclusiva em todos os municípios do Território Baixo Sul.
- Disponibilização de Recursos próprios exclusivamente para às políticas públicas culturais.
- Repasse do Fundo de Cultura para projetos.
- Independência política e econômica
- Sustentabilidade dos atores culturais.

Valorização e incentivo das culturas existentes no Território.

- Cultura com recursos próprios.
- Cultura organizada e fortalecida.
- Ser reconhecido no Estado como Território com uma gestão cultural articulada em rede.
- Sociedade civil organizada e engajada.
- Maior número de associações organizadas em todo o Território.
- ONG`s e associações fortalecidas e atuantes
- Integração da sociedade com o poder público.
- Consolidação da rede cultural territorial.

Sistema de Cultura fortalecido e integrado no Território.

- Plano territorial diversificado.
- Sistema territorial de cultura.
- Estruturação do sistema cultural.
- Convenção territorial da cultura
- Promover juntamente com as comunidades o resgate da cultura local e valorização da cultura universal, sempre no intuito de consolidar os laços afetivos e históricos da mesma.
- Sensibilizar as comunidades para a percepção e valorização dos recursos naturais locais.
- Resgatar as comunidade e cultura quilombola do território.
- Valorização das idéias humanas e princípios.
- Promover eventos culturais no território como forma de estímulo a cultura.
- Identificar atores locais que possa elaborar projetos voltados para atender as demandas do território.
- Elaborar calendários culturais

Somando-se as propostas que citadas que farão parte também do plano estadual de cultura para o Baixo Sul, foram complementadas pelo colegiado os seguintes objetivos estratégicos, ações e atividades sintetizadas no quadro a seguir:



EIXO CULTURA, ESPORTE E LAZER		
OBJ ESTRATÉGICO	AÇÕES	ATIVIDADES/PROJETOS
Cultura em todas suas expressões, valorizada e assumida pelo território.	<ul style="list-style-type: none"> - Definir o esporte como instrumento de educação, integração e cidadania nas escolas. - Promover juntamente com as comunidades o resgate da cultura local e valorização da cultura universal, sempre no intuito de consolidar os laços afetivos e históricos da mesma. - Dotar o campo de infra-estrutura de lazer e esporte oferecendo as condições necessárias às práticas esportivas e culturais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sensibilizar as comunidades para a percepção e valorização dos recursos naturais locais. - Fazer levantamento dos municípios que não tem Centro de Cultura;

Eixo TURISMO

O reconhecimento dado ao turismo na região do Baixo Sul, preferencialmente na Costa do Dendê, tem sido de grande importância para o desenvolvimento sócio econômico, já que o Turismo é considerado uma das atividades econômicas que tem gerado grande oportunidades de emprego e renda através dos serviços e produtos comercializados. Quando realizado de maneira planejada, fomenta na localidade a prática de uma atividade economicamente viável e sustentável para tanto será necessário.

A organização do turismo enquanto eixo aglutinador do colegiado encontra-se em processo inicial. Apesar de ser reconhecido como uma das principais fontes de riqueza da região pelo seu grande potencial turístico, muitas vezes mal aproveitado e ou não explorado para o desenvolvimento e geração de riquezas no âmbito local.

O trabalho apresentado pelo eixo é o resultado dos acúmulos de entidades ligadas ao turismo que vem debatendo ao longo do tempo a estruturação da atividade na região e acúmulos do trabalho da câmara setorial da AMUBS.

Uma das discussões mais amadurecidas pelo colegiado é o turismo rural, com a perspectiva de valorizar as comunidades rurais, suas belezas naturais como cachoeiras, balneários. Bem como a organização social e produtiva das comunidades.



Eixo TURISMO			
OBJ ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	AÇÕES	PROJETOS
Construídas alternativas de turismo ecológico, solidário e inclusivo no Território Baixo Sul.	<p>Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF).</p> <p>Programa de formalização de empreendimentos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar juntamente com os municípios o mapeamento e a identificação de atrativos turísticos na região do Baixo Sul; - Articular com a Instância de Governança regional, no sentido de desenvolver o potencial turístico inexplorado na região; - Possibilitar a estruturação dos roteiros turísticos; - Promover a integração do turismo, cultura e do meio ambiente com o foco econômico e na sustentabilidade. - Realizar juntamente com os municípios o mapeamento e a identificação de atrativos turísticos na região do Baixo Sul, valorizando e revitalizando os existentes e identificando nos atrativos; - Apoiar e incentivar a institucionalização do Sistema Municipal de Turismo nos município da região do baixo Sul; - Articular com a Instância de Governança regional, no sentido de desenvolver o potencial turístico inexplorado na região; - Incentivar a criação de roteiros integrados nos município do Baixo Sul; <p>Criar mecanismos de incentivo a legalização de equipamentos turísticos, visto que uma média de 80% dos bares, restaurantes e pousadas da região não possui registro;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Possibilitar meios de qualificação para os equipamentos turísticos, no intuito de melhorar a qualidade dos serviços oferecidos; - Articular com canais de promoção e comercialização, no intuito de divulgar e captar demanda turística; 	<ul style="list-style-type: none"> -Apoiar e incentivar a institucionalização do Sistema Municipal de Turismo nos município da região do baixo Sul; -Projeto de criação de roteiros integrados nos municípios do Baixo Sul; -Cursos de guias e monitores de turismo, para melhorar nosso serviço de recepção turística. -Investir em cursos de idiomas, especialmente inglês e espanhol; -Criar um portal institucional., <p>Incentivar a criação de postos de informações turísticas na região</p> <ul style="list-style-type: none"> -Articular com órgãos oficiais de turismo, nas esferas estadual e federal, a vinculação dos produtos turísticos existentes na região nos catálogos promocionais, com vistas a sua divulgação; -Articular com canais de promoção e comercialização, no intuito de divulgar e captar demanda turística; <p>-Incentivar nos municípios a</p>

		<p>demanda turística;</p> <ul style="list-style-type: none">- Investir em cursos de guias e monitores de turismo, para melhorar nosso serviço de recepção turística..Investir em cursos de idiomas, especialmente inglês e espanhol;- Incentivar nos municípios a realização de eventos com vistas ao fomento ao turismo, como forma de diminuir os efeitos da sazonalidade;-Incentivar a criação de postos de informações turísticas na região.	<p>realização de eventos com vistas ao fomento ao turismo, como forma de diminuir os efeitos da sazonalidade.</p>
--	--	---	---

EDUCAÇÃO

O eixo reflete a necessidade de apoio dos órgãos públicos no que se refere à estruturação das escolas acesso, segurança, transportes de qualidades, saneamento básico, água e rede de esgoto, condições básicas e dignas aos professores da zona rural (acomodação, segurança), área de laser; regularidade e qualidade da merenda escolar. Além de ser necessária a realização de oficinas educativas, implantando projetos sociais, tais como: Curso do Ensino Médio, Inclusão Digital, Cursos Profissionalizantes e Palestras Educativas focando nas questões relacionadas ao resgate da cultura, Direitos e Deveres dos Cidadãos.

A metodologia utilizada no trabalho de grupo do eixo de educação foi a análise da FOFA: Força, Oportunidade, Fraquezas e Ameaças apresentando os seguintes resultados:

Força	Oportunidade	Fraquezas	Ameaças
Início de articulação entre os municípios que compõem o Território; Identidade Territorial; Ação Política Organizada (sindicatos, associações, etc.); FUNDEB;	-Realização de Concursos Públicos; Formação Continuada de Professores - PLATAFORMA FREIRE; Organização da Sociedade Civil; Valorização do Piso Nacional do Professor; Tecnologia de comunicação instantânea; Entes federativos aplicando mais	Conselhos Escolares, muitas vezes, aparelhados pelo Poder Municipal; Ineficiente fiscalização das verbas públicas; Salários desiguais entre profissionais da educação no âmbito Territorial; Escolas com instalações inadequadas, principalmente na Zona Rural; Acesso e transporte ineficientes; Falta de formação adequada dos profissionais que atuam	Mercantilização da educação; Privatização do espaço público; Tráfico de drogas na porta das escolas; Insegurança nas escolas; Não entender a reestruturação das famílias; Falta de entendimento sobre o ecumenismo religioso; Profissionais sem a devida formação por área ou componente curricular; Despreparo material e

	<p>recursos na educação (TOPA e PROJOVEM); Em nível estadual, eleição para gestores escolares; Acesso a biblioteca comunitária/ arca das letras,</p>	<p>na Educação; Gestão autoritária (relação entre diretor (a), professor (a) e aluno (a). Falta de diálogo entre a educação e cultura; Desarticulação entre a Teoria e a Prática; Falta de escola creche, principalmente na Zona Rural; Currículo inadequado à realidade do educando;</p>	<p>humano para trabalhar com portadores de necessidades especiais; Desarticulação entre Secretarias Municipais.</p>
--	--	---	---

Como estratégias para curto, médio e longo prazo foram apontadas:

- Implantar a filosofia de escola democrática;
- Maior valorização do professor;
- Fortalecimento dos Conselhos de Educação;
- Incentivo a criação e atuação de entidades estudantis;
- Interiorização das Universidades e Institutos em nível estadual e federal.

Realizar audiências públicas com DIREC e Prefeituras, AMUBS, ONGs, AACAF e lideranças da AF envolvidas na educação para discussão individual de todos os itens acima mencionados, buscando juntos construir um cronograma de ações e projetos que mudem a realidade da educação no campo, realizar oficinas municipais para diagnóstico participativo da Educação municipal, além de cursos de Educação de Gêneros, Raças e Etnias das Escolas Públicas e comunidades em geral, discussão e elaboração da Política Regional de Educação, capacitação do corpo docente municipal e particular, desenvolvimento de uma educação rural de qualidade, implantação de bibliotecas e ampliação dos acervos já existentes, implantar laboratórios de informática nas escolas municipais e estaduais, restaurar, reformar e garantir a manutenção das escolas entre elas as rurais.

Além do trabalho nas reuniões do eixo, nas oficinas de requalificação o mesmo foi debatido e sintetizadas propostas expressas no quadro abaixo. Uma avaliação realizada no processo de requalificação foi a de que a discussão tem sido muito pautada sobre a educação do campo, o que é reconhecidamente fundamental para o território, sendo apontada a necessidade de mobilização de outros atores ligados a educação, bem como o poder público com maior expressividade e continuidade de acompanhamento ao trabalho do colegiado.

Eixo EDUCAÇÃO			
OBJ ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	AÇÕES	PROJETOS
<p>. Reduzir drasticamente o analfabetismo para no mínimo 10%.</p> <p>. Garantidas nas escolas acesso, segurança, transportes de qualidades, saneamento básico, água e rede de esgoto, merenda escolar com qualidade e regularidade e condições básicas e dignas para os professores;</p>	<p>Educação no campo.</p> <p>Capacitação para profissionais para educação em: metodologia específica para o meio rural.</p> <p>Caminho da escola.</p> <p>Dinheiro direto na escola.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Criar o fórum permanente de educação no campo do território Baixo Sul com a função de formular uma proposta educacional diferenciada, acompanhar e apoiar a sua implantação e execução. - Adaptar o currículo das escolas do campo e das que trabalham com os alunos de lá oriundos, para a realidade rural do município, relacionando a educação com a realidade do campo. - Criar projetos específicos para jovens e adultos. - Propiciar aos jovens uma educação rural profissionalizante - Priorizar a implantação de projetos com a Pedagogia da alternância; -Constituir parceria entre escola/comunidade visando facilitar o processo de aprendizagem. 	

		<ul style="list-style-type: none">-Ampliar o serviço de educação infantil para atender todas as crianças-Propiciar aos professores da zona rural, melhores condições de trabalho.-Melhorar a infra-estrutura das escolas, principalmente as rurais.	
--	--	---	--

INFRAESTRUTURA

Apesar de ter sido mantido na recomposição do colegiado como um eixo separado, pela sua transversalidade e complexidade ficou definido encaminhar a discussão de infraestrutura por dentro de cada eixo. Desta forma o quadro que se apresenta representa parte das propostas sistematizadas.

EIXO INFRAESTRUTURA			
OBJ ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	AÇÕES	PROJETOS
Sistemas rodoviário e fluvial adequado para atender as demandas viárias do território	Recuperação e construção de vias e acessos territoriais	<p>Buscar a viabilização da pavimentação da BA 250 que liga os municípios de Ituberá - Piraí do Norte - Gandú, Nilo Peçanha a Wenceslau Guimarães, Igrapiuna a Ibirapitanga e da estrada que liga Taperoá a Teolândia fortalecendo o complexo interno das ilhas;</p> <p>Viabilizar sistemas integrados de recuperação e manutenção das estradas vicinais com levantamento cadastral identificando as pontes e outros gargalos</p> <p>Construir Piers e portos para facilitar o transporte marítimo e o escoamento da produção das regiões ribeirinhas e das ilhas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de Patrulha mecânicas municipais; - Construção de Centros Social Comunitário, com área de Esporte e lazer na zona rural e urbana. <p>V. Uso eficaz dos tributos e taxas gerados pela indústria de gás e petróleo.</p> <p>VI. Titulação de território das comunidades quilombolas.</p> <p>I. Efetivação das Políticas Públicas quilombolas.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Maquinário para melhor viabilidade da produção agrícola.
O acesso a infra-estrutura, saneamento e habitação a população do território, garantido.	<p>PLPT</p> <p>Programa Minha Casa Minha Vida;</p> <p>Ver quais + programas federais e estaduais se encaixam aqui.</p>	<p>Buscar a universalização do acesso das famílias ao Programa Luz Para Todos</p> <p>Aplicar um diagnóstico participativo de saneamento que identifique as necessidades das unidades-família;</p> <p>Viabilizar a elaboração de projetos habitacionais participativos via prefeituras, associações e cooperativas,</p> <p>Construção de casas populares para a zona rural e urbana, principalmente para as comunidades quilombolas, ribeirinhos e assentamentos;</p> <p>- Melhoria e ampliação do transporte escolar</p>	

	<p>Programa coleta seletiva</p> <p>Centrais de tratamento da água-distribuição nas comunidades remanescentes quilombolas e assentamentos;</p> <p>Montar postos de coleta seletiva de resíduos sólidos, (vidros, orgânico, ferro, lixos hospitalar, plásticos inaproveitáveis dentre outros) que deverão ser destinadas a unidades locais de triagem, reutilização e compostagem que funcionarão em rede no território.</p> <p>Mapear as comunidades interessadas em desenvolver a coleta seletiva de resíduos sólidos e promover ampla campanha educativa com foco nesta temática buscando formar parcerias municipais e intermunicipais que viabilizem a implementação e gestão dos postos de coleta seletiva.</p> <p>Priorizar a implementação de uma política pública integrada de saneamento do Baixo Sul – Setores: Abastecimento d’água, resíduos sólidos e líquidos.</p> <p>Desenvolver propostas e projetos inovadores de esgotamento sanitário com tratamento de efluentes na zona rural e nas zonas rurais, ribeirinhas e urbanas localizadas priorizando de Unidades de Conservação.</p> <p>Viabilizar sistemas de abastecimento de água e saneamento básico nas comunidades rurais e nas comunidades que se encontram dentro de Unidades de Conservação, inclusive as relacionadas as atividades turísticas.</p>	
--	---	--

Eixo SAÚDE

Apesar da grande carência e demanda na área da saúde o trabalho articulado no eixo de saúde só veio a ser constituído como um eixo específico na recomposição do colegiado em 2009. De lá pra cá pouco tem se conseguido avançar no tema a nível da articulação territorial.

No entanto aos poucos vem se criando estratégias de aproximação com os setores do poder público, como a DIRES, agentes de saúde e organizações da sociedade civil. No processo de requalificação do plano as propostas que vem sendo discutidas por grupo de trabalho na área da saúde foi socializado, além da participação de algumas representações da área.

O colegiado avalia que este é um eixo de fundamental importância aonde será necessário investir em maiores articulações.

Eixo SAÚDE			
OBJ ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	AÇÕES	PROJETOS
Promover a segurança alimentar e nutricional como instrumento de promoção à saúde.	<ul style="list-style-type: none"> -PSF; -Prevenção e combate às drogas, DST/AIDS. -Planejamento familiar no meio urbano, rural e estuarino. -Programa de Saúde do Trabalhador; -Capacitações para os ACS e ACE. -Prevenção, controle e tratamento da Leishmaniose Tegumentar América (pesquisa de vacina, por exemplo). -Capacitação os profissionais de saúde para o atendimento de urgência/emergência nas unidades de saúde com aplicação efetiva do protocolo de suporte básico e avançado de vida. Agentes Comunitários de Saúde – PACS -Capacitar 	<ul style="list-style-type: none"> -Apoiar proposta de saúde preventiva com foco na educação, na higiene e saneamento básico visando reduzir o número de casos de problemas infecto/parasitários. -Promover a implantação da medicina alternativa com a utilização de farmácias verdes e fitoterapias com o devido acompanhamento técnico desde a produção até o uso. -Possibilitar aos agricultores familiares o acesso a apoio psicológico, considerando os aspectos socioeconômico e cultural objetivando fixar o indivíduo em sua localidade. -Valorizar o trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e dos Agentes de Combate a Endemias – ACE através de e melhoria nas condições de trabalho permitindo uma maior integração com as ações territoriais. -Implantar promover ampla campanha sobre segurança no trabalho em todas as modalidades de trabalho encontradas no território com enfoque especial para a agricultura e para pesca. -Inserir as cadeiras de piaçava em alguma categoria previdenciária. -Reciclar os profissionais do Programa de Saúde da Família. 	<ul style="list-style-type: none"> -Construções e restaurações de Postos de Saúde nas comunidades rurais e bairros; Implantação de Centro de Referência Regional para os portadores de HIV/AIDS -Implantar CAPS – Centro de Atenção Psicossocial (serviço multiprofissional) -Implantação uma Central de Regulação Regional. -Construir um Hospital Territorial contemplando os serviços de: UTI, terapia renal substitutiva, banco de sangue, oncologia, Cardiologia e atendimento médico ambulatorial especializado, apoio diagnóstico (equipamentos e profissionais). Implantar o SAMU territorial. implantação de unidades de pronto-atendimento em municípios de pequeno porte do território. Implantar um Centro de Referência Territorial para assistência à Saúde da Mulher, à Saúde do Adolescente e à Saúde do Idoso, que possa atender as demandas da zona rural e urbana. -Criar a Casa dos Conselhos. Informatizar as Secretarias de Saúde, Centros de Saúde, Hospitais, PSF e Agentes Comunitários de Saúde de forma a facilitar o acompanhamento

	<p>periodicamente os Conselheiros Municipais de Saúde.</p>	<p>dos usuários dos serviços, com ênfase nas gestantes, recém-nascidos, crianças e idosos.</p> <p>-Construção de unidades e aumento do incentivo fazendo diferenciação de recurso para equipes urbanas e rurais.</p>
--	--	--

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação territorial tem se demonstrado com um espaço desafiador e potencial para a construção de propostas coletivas de desenvolvimento. Se constituindo em um espaço que possibilita o diálogo, acordos e concertações para o planejamento sob diferentes olhares dos diversos setores da sociedade, garantindo a construção do desenvolvimento a partir do respeito e diversidade.

Este tem sido o elemento chave para a consolidação do Território Baixo Sul, partindo da valorização das experiências, saberes locais, protagonismo e organização da sociedade civil, dialogados com as propostas e diretrizes das diferentes instâncias do governo. O desafio em garantir este diálogo e o entendimento de que o colegiado territorial deva ser o espaço legítimo para planejar e avançar no desenvolvimento é constante.

Neste processo ter o PTDS requalificado foi um grande e coletivo esforço de manter o plano, nossa carta de intenções, em constante construção levando em conta as mudanças de contexto e os novos olhares e prioridades que a todo momento se somam ao território.

O processo de requalificação se de intensos momentos de debates e discussões, trocas de experiências, esforço de cada participante no processo em socializar seus acúmulos e caminhada e exercitar a construção coletiva para o planejamento e desenvolvimento da política territorial no Baixo Sul.

Espera-se desta forma, que o plano seja uma das peças norteadoras das ações de cada agente de desenvolvimento presente no território, devendo ser sempre que possível revisitado.

Nos fortalece saber que estamos juntos construindo com vários retalhos, olhares, mãos emoções e a cara de cada uma e cada um, um território da diversidade que busca seu desenvolvimento a partir dos pilares da sustentabilidade, através da mobilização, participação, trocas, organização e articulação na busca por para uma sociedade justa e igualitária que garanta qualidade de vida e direitos a toda a população.

9.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACELAR, Tânia. Descentralização e Participação na Reforma Agrária: Um processo em discussão. Recife: novembro de 1998.

CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÃO - CEI (Ba). Informações Básicas dos municípios baianos: Litoral Sul. Salvador, 1993. v 5, t.1, e 2.

CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÃO (Bahia). Uso atual das terras: Centro Sul, Sul e Extremo Sul. Salvador, 1994.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA - CEPLAC (BA). Informações básicas para o planejamento da região litoral sul: área de atuação direta na CEPLAC. Ilhéus, 1988.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA - CEPLAC (BA). Renovação de áreas de dendezeais subespontâneos e implantação de agroindústrias na região de Valença. Salvador.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL - CAR (BA). Subespacialização regional: Sul da Bahia; Programa de Desenvolvimento Sustentável - PDRS. Salvador, 1997. (Cadernos CAR, 22).

BNB - Informações Gerencias, Resumo por Fonte, Agência Ipiaú e Santo Antônio de Jesus, 2000 - 2007.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO/IPEA/PNUD - Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Base de Informação Municipal. Brasília: 2001. CD-ROM.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO BAIXO SUL DA BAHIA - IDES. A Realidade do Baixo Sul da Bahia e suas Perspectivas. Ituberá, 2004.

MATOS, Eloina Néri de. Consórcios Agroflorestais da Agricultura Familiar no Baixo Sul da Bahia - Sociedade de Estudos dos Ecossistemas e Desenvolvimento Sustentável - SEEDS. Cruz das Almas, 2006.

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – PTDRS. Estudo Propositivo para a Dinamização Econômica do Território Rural do Baixo Sul – BA. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT. Brasília, 2006.

SASOP. Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais. Manual de Apoio – Segurança Alimentar na Agricultura Familiar. Orientações para agentes de segurança alimentar e nutricional das regiões da Mata Atlântica e do Semiárido. Bahia, 2009.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI. Índices de Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios Baianos: 1998. Salvador: SEI, 2002.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI. Perfil dos Municípios Baianos. Salvador, BA, 2001. CD – ROM.

Projeto Mosaico - Unidades de Conservação do Baixo Sul: Pontos iniciais para discussão sobre Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista

PROPOSTA DE PLANO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO 2006 – 2010
DOCUMENTO INDUTOR, PARA DISCUSSÃO NO CRDBS- AMUBS

Plano de Trabalho de Desenvolvimento Regional do Baixo Sul
2006

Conselho de Gás e Petróleo do Litoral da Bahia Salvador.

Lista de sites e portais consultados

<http://tabnet.saude.gov.br>
<http://www.asp.cpunet.com.br/dnpm>
<http://www.bancodobrasil.com.br>
<http://www.bc.gov.br>
<http://www.car.ba.gov.br>
<http://www.cra.ba.gov.br>
<http://www.embratur.gov.br>
<http://www.ibge.gov.br>
<http://www.saude.ba.gov.br>
<http://www.seagri.ba.gov.br>
<http://www.sec.ba.gov.br>
<http://www.sei.ba.gov.br>
<http://www.sudene.gov.br/sig>
<http://www.tcm.ba.gov.br>
<http://www.onnazul.org.br>
<http://www.seplan.ba.gov.br>

Lista de siglas e abreviaturas

AACAF – Agência de Assessoria e Comercialização da Agricultura Familiar do Baixo Sul da Bahia.
ACS – Agente Comunitário de Saúde.
AMUBS – Associação de Municípios do Baixo Sul
ANP – Agência Nacional de Petróleo
APA – Área de Proteção Ambiental
ARCO – Agência Regional de Comercialização.
ATER – Assistência Técnica Rural.
ATES – Assessoria Técnica, Social e Ambiental em Áreas de Reforma Agrária.
BB – Banco do Brasil
BC – Banco Central
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
BSU – Baixo Sul.
CAMPO – Cooperativa Agrícola Mista do Projeto ONÇA LTDA.

CAR – Cia. de Desenvolvimento e Ação Regional
CCES – Central de Cooperativas Empreendimentos
CDA – Coordenação de Desenvolvimento Agrário.
CFR – Casa Familiar Rural.
CJ – Comércio Justo.
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento.
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CRA – Centro de Recursos Ambientais
DATASUS – Banco de Dados do Sistema Único de Saúde
DERBA - Departamento de Transporte e Infra-estrutura da Bahia
DIREC – Diretoria Regional de Educação
DIRES – Diretoria Regional de Saúde
DRS – Desenvolvimento Rural Sustentável.
EAUFBA – Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia
EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário.
EJA – Ensino de Jovens e Adultos
EMARC – Escola Média de Agropecuária da Ceplac.
EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo
ES – Economia Solidária.
FACE – Faculdade de Ciências Educacionais
FAZAG – Faculdade Zacarias Góes
FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura.
FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar.
FIEB – Federação das Indústrias da Bahia
FLEM – Fundação Luís Eduardo Magalhães
FNDE – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação
FPM – Fundo de Participação dos Municípios
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
FUNASA – Fundo Nacional de Saúde
FUNDEF - Fundo Nacional do Desenvolvimento do Ensino Fundamentas
GGT - Grupo Gestor Territorial.
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias
IDE – Índice de Desenvolvimento Econômico

IDES – Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul da Bahia.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

INF – Índice de Infra-estrutura

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IPM – Índice do Produto Municipal

IPVA – Imposto sobre Veículos Automotores

IQM – Índice de Qualificação da Mão-de-obra

ISS – Imposto Sobre Serviços

ITR – Imposto Territorial Rural

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.

MEC – Ministério da Educação

MME – Ministério das Minas e Energia.

MS – Ministério da Saúde

MST – Movimento dos Sem Terra.

MT – Ministério do Trabalho.

MTL – Movimento Terra Trabalho e Liberdade.

NE – Núcleo Executivo Territorial.

ONGs – Organizações Não Governamentais.

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.

PACS – Programa de Agentes Comunitários de Saúde

Petrobras – Petróleo Brasileiro SA

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas

PRODETUR – Programa de Desenvolvimento Turístico

PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar.

PSF – Programa da Saúde da Família

PST – Plano Safra Territorial.

PTDRS – Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

RESEX – Reserva Extrativista

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

SAAE – Sistema Autônomo de Água e Esgoto.

SAFs – Sistemas Agroflorestais.

SASOP – Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais.
SCT – Secretaria da Cultura e do Turismo do Governo do Estado da Bahia
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Agrário.
SEAGRI – Secretaria da Agricultura do Governo do Estado da Bahia
SEAP – Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca.
SEAS/MPAS – Secretaria Extraordinária de Ação Social
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEC – Secretaria de Educação do Governo do Estado da Bahia
SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEINFRA – Secretaria de Infra-estrutura do Governo do Estado da Bahia
SEPLANTEC – Secretaria de Planejamento do Governo do Estado da Bahia
SESAB – Secretaria de Saúde do Governo do Estado da Bahia
SFC – Secretaria Federal de Controle
SIA/SUS – Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS
SICM – Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração
SIH/SUS – Sistema de Informações Hospitalares do SUS
SINASC – Sistema de Informações Sobre Nascidos Vivos
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SRH – Superintendência de Recursos Hídricos
STRs – Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
SUAF – Superintendência da Agricultura Familiar.
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TCM – Tribunal de Contas dos Municípios
UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UNEBC – Universidade Estadual da Bahia

ANEXOS



*Agência de Assessoria e Comercialização da
Agricultura Familiar do Baixo Sul da Bahia*

